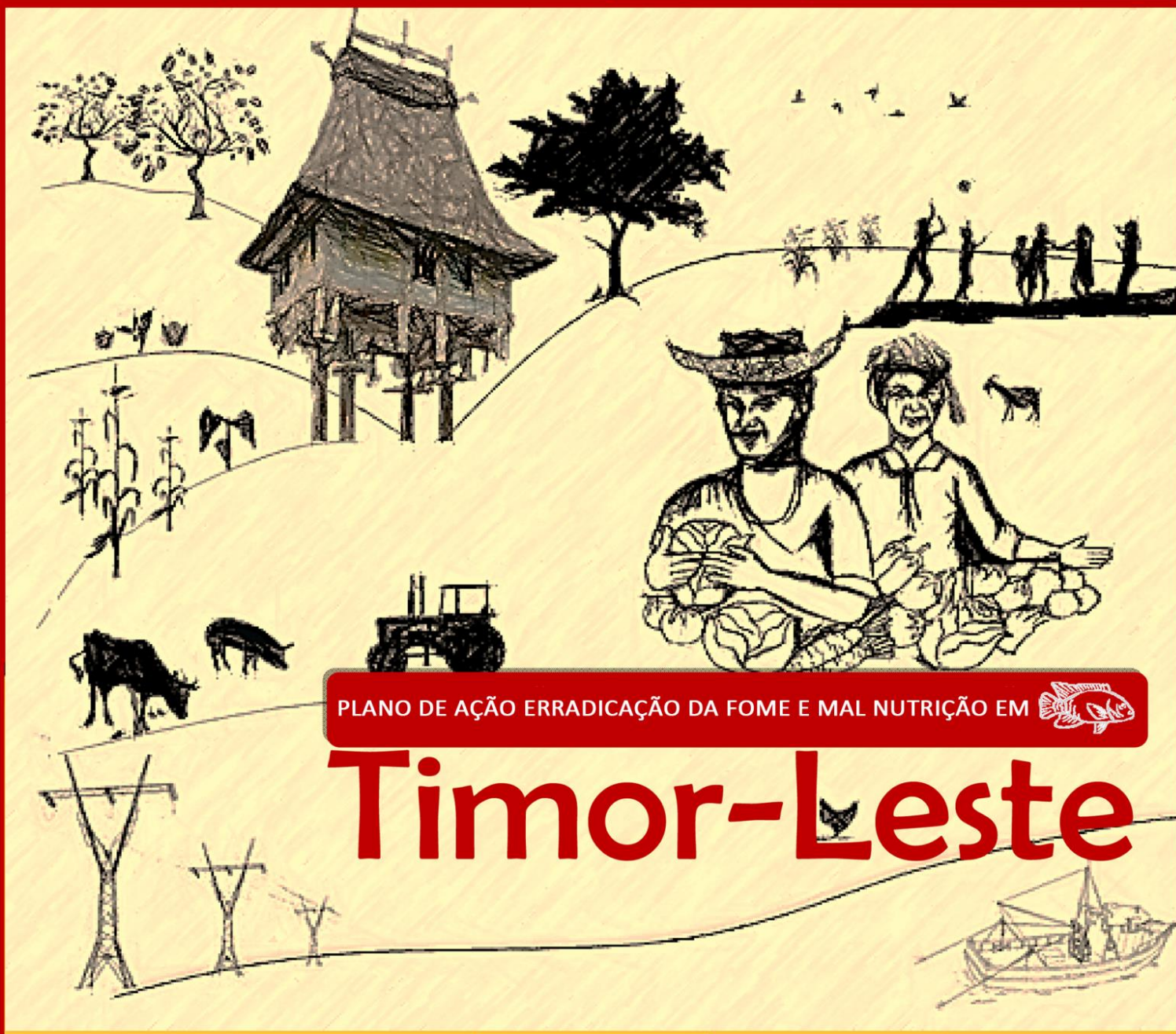




A FOME PODE SER ELIMINADA DAS NOSSAS VIDAS



PLANO DE AÇÃO ERRADICAÇÃO DA FOME E MAL NUTRIÇÃO EM 

Timor-Leste



Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) apoiou a elaboração e publicação deste documento.

Desafio Fome Zero

Plano de Acção Nacional - Timor-Leste sem Fome e Malnutrição

**Conselho Nacional para a Soberania, Segurança
Alimentar e Nutricional em Timor-Leste (KONSSANTIL)
Díli, 2014**

PREFÁCIO

O desenvolvimento do Planu Asaun Nasional - Hakotu Hamlaha no Malnutrisaun iha Timor-Leste (PAN-HAM-TIL) marca uma ocasião especial no desenvolvimento sócio-económico de Timor-Leste. O PAN-HAM-TIL é um empreendimento colectivo da população e do Governo de Timor-Leste, em conjunto com os nossos parceiros de desenvolvimento, para combater e derrotar o flagelo da fome e malnutrição no nosso país. Tem como base a visão global e nacional clara que dentro de aproximadamente dez anos será possível acabar com a fome e a malnutrição. As principais ferramentas para o fazer estão integradas num esforço concertado de programas bem-orquestrados com orientações claras e com compromisso de dotação de recursos para dirigir a nação e o mundo até esta visão.

A assinatura da Declaração de Comoro em Outubro de 2010 pelos Ministérios a trabalhar no âmbito do quadro do Conselho Nacional para a Soberania, Segurança Alimentar e Nutrição em Timor-Leste (KOSSANTIL) foi uma meta significativa na consolidação do compromisso nacional da visão Timor-Leste sem fome e malnutrição. Em 2012, o Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU) lançou o Desafio Fome Zero a nível global. Em 2013 esta foi seguida pelo lançamento do Desafio Fome Zero para a região da Ásia-Pacífico e o desenvolvimento do Quadro de Referência do Desafio Fome Zero desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Temático sobre Pobreza e Fome na Ásia e no Pacífico, no âmbito do Mecanismo de Coordenação Regional da ONU (RCM). Com uma forte coordenação do Presidente e do Vice-Presidente da KONSSANTIL e do Coordenador Residente da ONU (UNRC) em Timor-Leste com apoio técnico da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO - sigla inglesa para *Food and Agriculture Organization*), estes foram traduzidos em acções ao nível nacional numa chefia conjunta com o Assessor Especial para o Secretário Geral da ONU para Timor-Leste. Com base no compromisso firme a nível nacional, regional e global para erradicar a fome e malnutrição, a preparação do PAN-HAM-TIL teve início em Janeiro de 2014 logo após o lançamento do Desafio Fome Zero no Parlamento Nacional, sob os auspícios da KOSSANTIL.

O PAN-HAM-TIL foi desenvolvido com o total envolvimento da comunidade de intervenientes nacionais, regionais e internacionais em cada fase, utilizando discussões de grupo abertas e dirigidas, avaliações e exercícios de planeamento em workshops e outras plataformas formais e informais dos média. A informação e o conhecimento destas interacções foram suportadas por estudos de forma a garantir que as acções propostas respondem às necessidades e ao contexto local. Este trabalho construiu um entendimento sólido das condições existentes, questões actuais e possibilidades do nosso contexto nacional. Assim, tem sido possível garantir que uma camada alargada da comunidade dos intervenientes,

entende os pontos fortes e as questões locais que foram utilizadas para orientar a visão, os objectivos, os resultados e as áreas de acção propostas no PAN-HAM-TIL. Tenho a maior das confianças que o PAN-HAM-TIL reflecte os interesses da populações timorense e os seus parceiros de desenvolvimento e que há um amplo espectro de sensibilização sobre as metas do plano.

O documento PAN-HAM-TIL é composto por três secções. A Secção 1 oferece uma visão geral a nível global, regional e nacional do desafio da fome e malnutrição no país e as respectivas respostas a este desafio. A Secção 2 apresenta os elementos-chave do Plano de Acção. A Secção 3 traça as linhas gerais dos quadros e mecanismos de coordenação, organização, mobilização e dotação de recursos, implementação, elaboração de relatórios, e quadros e mecanismos das monitorização e avaliação do PAN-HAM-TIL.

A implementação eficiente e eficaz do PAN-HAM-TIL representa um desafio significativo para todo os intervenientes. Assim, como Presidente da Comissão Consultiva de Alto-Nível do Desafio Fome Zero, incentivo todos a construir sinergias e uma maior colaboração para alcançar os pilares, objectivos e resultados. Acredito que é o reforço da cooperação será um propulsor importante na prossecução da segurança alimentar e nutricional de Timor-Leste. Em nome do Governo e da população de Timor-Leste, gostaria de expressar o meu agradecimento ao Sistema da ONU, especialmente à Assessora Especial do Secretário-Geral da ONU para Timor-Leste, ao UNRC, aos membros da Equipa das Nações Unidas em Timor-Leste e ao Gabinete Regional da FAO para a Ásia e o Pacífico, pelo seu forte apoio e parceria na formulação do PAN-HAM-TIL.

Aproveito esta oportunidade para reiterar o nosso compromisso para avançar com as abordagens e acções imediatas, prementes, decisivas e integradas que são necessárias para acabar com as condições debilitantes existentes no que refere a fome e a malnutrição no nosso país em particular, e na região da Ásia-Pacífico e no mundo em geral.



Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro
República Democrática de Timor-Leste
20 de Julho de 2014

MENSAGENS

Do Parlamento da República Democrática de Timor-Leste

A erradicação da fome e da pobreza extrema é muito importante. O desenvolvimento sustentável e o aumento da inclusão não devem resultar num estômago vazio.

Partido CNRT

A voz da população é muito importante para o desenvolvimento económico, social e político do país, e deve haver um canal de comunicação para esta voz.

Partido Frenti Mudansa

A experiência da Tailândia na erradicação da fome, malnutrição e pobreza serve de exemplo e inspiração para que possamos empreender nos esforços necessários para nos tornarmos numa sociedade desenvolvida dos tempos modernos.

Partido Democrático

Há vários desafios, mas a nossa principal agenda deve ser a erradicação da pobreza, malnutrição e fome. Vamos apoiar o programa do Desafio Fome Zero para trabalharmos em conjunto com o governo e outras instituições.

Partido Fretilin

Do KONSSANTIL

A segurança alimentar e nutricional são fundamentais para um melhor desenvolvimento do país. Devemos desenvolver todos os nossos esforços para aumentar a nossa colaboração através do KONSSANTIL para aumentar a disponibilidade de alimentos, o acesso aos alimentos, a estabilidade de alimentos e o aumento na utilização dos alimentos nutritivos para os agregados. Devemos prestar atenção às nossas crianças, mulheres e famílias a viver em pobreza como os alvos principais das nossas intervenções alimentares e de nutrição.

S.E. Eng. Mariano Assanami Sabino

Ministro da Agricultura e Pescas/Presidenta do KONSSANTIL

O programa "Fome Zero" tem uma elevada importância no Ministério da Saúde ao oferecer um panorama favorável no combate à malnutrição e ao alívio da pobreza para a sua dimensão multisectorial associada com os determinantes socioeconómicos da saúde dos timorenses. Há muito trabalho pela frente, que com esforço e dedicação de todos vai contribuir para melhorar o bem-estar físico, e saúde social e mental das novas gerações!

S.E. Dr. Sérgio Lobo

Ministério da Saúde / Vice-Presidente do KONSSANTIL

Das Nações Unidas

A fome é uma falha de desenvolvimento imperdoável. É um dos maiores obstáculos na criação do futuro inclusivo, sustentável e resiliente que queremos para toda a população da Ásia e do Pacífico. É com muita satisfação que vejo Timor-Leste a liderar os esforços neste sentido na nossa região para a fome passe à história.

Dra. Noeleen Heyzer

Assessora Especial do Secretário-Geral da ONU para Timor-Leste

Temos muito orgulho que Timor-Leste seja o primeiro país na Ásia e do Pacífico a lançar o Desafio Fome Zero e que esteja a tomar passos concretos para avançar neste processo. A persistência da insegurança alimentar e nutricional em Timor-Leste não é aceitável dado haver potencial para atingir segurança alimentar para todos. Temos de ser a primeira geração na história a pôr um fim na fome.

Dr. Hiroyuki Konuma

Director-Geral Adjunto/Representante Regional, Gabinete Regional da FAO para a Ásia e o Pacífico

O sistema das ONU em Timor-Leste reconhece as necessidades prementes apresentadas pela situação de segurança alimentar e de nutrição no país. Também reconhece o progresso feito pelo Governo para combater a pobreza e malnutrição e compromete-se a apoiar os esforços contínuos do Governo e do KOSSANTIL no seu compromisso de garantir que cada homem, mulher e criança podem usufruir do direito a uma segurança alimentar e a nutrição adequadas através do Plano de Acção Nacional para o Desafio Fome Zero. O sistema da ONU aguarda com grande interesse a oportunidade de trabalhar em coordenação com o Governo e outros parceiros de desenvolvimento na implementação de intervenções e políticas que abordam as causas imediatas e subjacentes da insegurança alimentar e da malnutrição, especialmente entre mulheres, crianças e as comunidades timorenses mais pobres.

Equipa das Nações Unidas em Timor-Leste e

Dr. Knut Ostby, Coordenador Residente das Nações Unidas em Timor-Leste

Dos Parceiros de Desenvolvimento e Comunidade Internacional

O Governo da Austrália saudar o Governo de Timor-Leste pelo seu Desafio Fome Zero. Este Plano de Acção representa uma abordagem coordenada às questões importantes da nutrição em Timor-Leste. Vamos continuar a trabalhar de perto com Timor-Leste para alcançar os nossos objectivos comuns no plano de acção.

O Governo da Austrália

O Governo do Brasil congratula a República Democrática de Timor-Leste pela iniciativa Desafio Fome Zero e aguarda a oportunidade de partilhar a experiência do nosso país na promoção do Direito Humano a Alimentação Adequada com o Governo e o povo de Timor-Leste

O Governo do Brasil

A Delegação da União Europeia (UE), França, Alemanha e Portugal, congratulam o Governo por dar prioridade absoluta à segurança alimentar e nutricional no âmbito do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Timor-Leste e do Desafio Fome Zero. A UE e os seus Estados-Membros aguardam com expectativa estes compromissos políticos acompanhados por maiores doações a estes sectores no orçamento do Governo, tal como o fortalecimento dos quadros estratégicos dos sectores, monitorização e avaliação e coordenação com parceiros de desenvolvimento. Gostaríamos também de reconhecer o papel fundamental dos técnicos do Governo ao nível distrital na implementação deste plano. Já muito foi conseguido nas áreas rurais para melhorar a segurança alimentar e para combater a malnutrição e a população de Timor-Leste pode contar com a UE e os seus Estados-Membros para darem apoio nestes sectores.

Delegação da União Europeia, França, Alemanha e Portugal

A Missão USAID/Timor-Leste expressa o seu agradecimento a S.E. Mariano Assanami Sabino, Ministro da Agricultura e Pescas, pela oportunidade de participar no desenvolvimento do Plano de Acção Nacional para o Desafio Fome Zero. A USAID tem um compromisso com a erradicação da fome e da pobreza extrema e aguarda a oportunidade de trabalhar com o MAP na prossecução destes objectivos.

Missão Timor-Leste da USDA

Da Sociedade Civil

Em nome de todos os membros da Rede HASATIL (Hametin Agrikultura Sustentável Timor Lorosa'e), gostaríamos de agradecer o trabalho dedicado de KONSSANTIL na elaboração deste Plano de Acção para o Desafio Fome Zero em Timor-Leste. Estamos tranquilizado pelo trabalho que tem sido realizado e estamos muito confiantes de que KONSSANTIL continuará a reforçar os mecanismos da coordenação e de cooperação entre todos os autores à medida que continuam em seus esforços para eliminar a fome no nosso amado país. Desta forma, todos nós vamos ser capazes de desfrutar não só um maior grau de alimento seguro e nutrição, mas também reforçou a soberania nacional, e será mais capaz de assumir maiores responsabilidades para o futuro da nossa nação. Viva os agricultores de Timor-Leste!!

Hametin Agrikultura Sustentavel Timor Lorosa'e

ÍNDICE

PREFÁCIO	i
MENSAGENS.....	i
ÍNDICE	iv
ACRÓNIMOS e ABREVIACÕES	v
SECÇÃO 1 VISÃO GERAL DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, FOME E MALNUTRIÇÃO	1
1.1 O DESAFIO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR, FOME E MALNUTRIÇÃO - PERSPECTIVAS GLOBAIS E REGIONAIS	1
1.2 O DESAFIO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR, FOME E MALNUTRIÇÃO - PERSPECTIVA NACIONAL.....	2
1.3 LANÇAMENTO DO DESAFIO FOME ZERO PELAS NAÇÕES UNIDAS AO NÍVEL GLOBAL E REGIONAL	3
1.4 RESPOSTA DO GOVERNO DE TIMOR-LESTE - O QUE TEM DE SER FEITO	4
1.5 PROCESSO E MECANISMO INSTITUCIONAL DA FORMULAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO NACIONAL.....	5
SECÇÃO 2 ELEMENTOS-CHAVE DO PLANO DE ACÇÃO.....	7
2.1 OBJECTIVO GERAL DO PLANO DE ACÇÃO.....	7
2.2 ÁREAS PRIORITÁRIAS NO PLANO DE ACÇÃO NACIONAL - OS CINCO PILARES	8
PILAR 1 – 100% ACESSO EQUITATIVO A ALIMENTOS ADEQUADOS, NUTRITIVOS E ACESSÍVEIS TODO O ANO	9
PILAR 2: ZERO ATRASO DE CRESCIMENTO EM CRIANÇAS COM MENOS DE 2 ANOS DE IDADE	10
PILAR 3: TODOS OS SISTEMAS ALIMENTARES SÃO SUSTENTÁVEIS	13
PILAR 4: 100% DE AUMENTO NA PRODUÇÃO E NO RENDIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES	14
PILAR 5: SEM PERDAS OU DESPERDÍCIO ALIMENTAR	16
2.3 ACTIVIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO, RESPONSABILIDADE E CUSTOS.....	17
SECÇÃO 3 MECANISMO DE IMPLEMENTAÇÃO	20
3.1 ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS	20
3.2 RECURSOS.....	23
3.3 PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	25
3.4 RELATÓRIOS, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	29
ANEXO 1 - MATRIZ DOS QUADROS LÓGICOS COM OBJECTIVOS, RESULTADOS E ACTIVIDADES	31
ANEXO 2 - LISTA DE INSTITUIÇÕES / AGÊNCIAS ENVOLVIDAS NA FORMULAÇÃO DO PAN–HAM–TIL.....	46

ACRÓNIMOS e ABREVIACÕES

ABC	Agência Brasileira para a Cooperação
ACDI-VOCA	Desenvolvimento Internacional de Cooperativas Agrícolas e Voluntários para Apoiar Cooperativas no Estrangeiro (sigla inglesa de <i>Agricultural Cooperative Development International and Volunteers in Overseas Cooperative Assistance</i>)
ACIAR	Centro Australiano para Pesquisa Agrícola Internacional (sigla inglesa para <i>Australian Centre for International Agricultural Research</i>)
ACDC	Centro Comunitário de Desenvolvimento Agrícola (sigla inglesa para <i>Agriculture Community Development Centre</i>)
ALGIS	Sistema de Informação Geográfica para a Agricultura e Uso dos Solos (sigla inglesa de <i>Agriculture and Land Use Geographic Information System</i>)
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático (sigla inglesa para <i>Association of Southeast Asian Nations</i>)
AusAID	Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional (sigla inglesa para <i>Australian Agency for International Development</i>)
BasD	Banco Asiático para o Desenvolvimento
BESIK	Água, Saneamento e Higiene na Comunidade (sigla em Tétum para <i>Be, Saneamento no Igiene iha Komunidade</i>)
BM	Banco Mundial
BNCTL	Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste
CBO	Organizações de Base Comunitária (sigla inglesa de <i>Community-Based Organisation</i>)
CCM	Mecanismo de Coordenação do País (sigla inglesa de <i>Country Coordination Mechanism</i>)
CE	Comissão Europeia
CEDAW	Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (sigla inglesa para <i>Convention on the Elimination of Discrimination Against Women</i>)
CFI	Convenção Fitossanitária Internacional
CI	<i>Conservation International</i>
CMAM	Gestão Comunitária da Malnutrição Crónica (sigla inglesa de <i>Community-based Management Acute Malnutrition</i>)
CNRT	Congresso Nacional de Reconstrução de Timor-Leste
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CPN	Controlo Pré-Natal
CpósN	Cuidados Pós-Natal
CRC	Convenção dos Direitos da Criança (sigla inglesa para <i>Convention on the Rights of the Child</i>)
CRS	<i>Catholic Relief Services</i>
CSC	Centros de Saúde Comunitários
CU5	Crianças com menos de 5 anos de idade (sigla inglesa de <i>Children Under 5</i>)
CVTL	Cruz Vermelha Timor-Leste
DAI	<i>Development Alternatives, Inc.</i>
DCE	Deficiência Crónica de Energia
DFAT	Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Comércio (sigla inglesa para <i>Department of Foreign Affairs and Trade</i>)
DFZ	Desafio Fome Zero
DHS	Estudo Demográfico e de Saúde (sigla inglesa para <i>Demographic Health Survey</i>)

DNCA	Direcção Nacional da Comissão de Aprovisionamento
DNCQA	Direcção Nacional de Controle e Qualidade da Água
DNMG	Direcção Nacional Meteorologia e Geofísica
DNSB	Direção Nacional de Saneamento Básico
DRMP	Política de Gestão de Riscos de Desastres (sigla inglesa para <i>Disaster Risk Management Policy</i>)
EPI	Programa Alargado de Vacinação (sigla inglesa para <i>Expanded Program on Immunisation</i>)
DRR	Redução dos Riscos de Desastres (sigla inglesa de <i>Disaster Risk Reduction</i>)
DWCP	Programa Nacional de Trabalho Decente (sigla inglesa de <i>Decent Work Country Program</i>)
EVTF	Fundo de Emprego e Formação Profissional (sigla inglesa de <i>Employment and Vocational Training Fund</i>)
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (sigla inglesa para <i>Food and Agriculture Organisation of the United Nations</i>)
FBDG	Diretrizes Dietéticas Baseadas em Alimentos (sigla inglesa de <i>Food Based Dietary Guidelines</i>)
FCS	Classificação de Consumo de Alimentos (sigla inglesa de <i>Food Consumption Score</i>)
FGD	Grupo Focal de Discussão (sigla inglesa de <i>Focus Group Discussions</i>)
FNSP	Política de Segurança Alimentar e Nutricional (sigla inglesa para <i>Food and Nutrition Security Policy</i>)
FSC	Cadeia de Abastecimento Alimentar (sigla inglesa de <i>Food Supply Chain</i>)
GAP	Boas Práticas Agrícolas (sigla inglesa de <i>Good Agricultural Practices</i>)
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente (sigla inglesa de <i>Global Environment Facility</i>)
GHI	Índice Global da Fome (sigla inglesa para <i>Global Hunger Index</i>)
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GoTL	Governo de Timor-Leste
HASATIL	Hametin Agrikultura Sustentável Timor Lorosa'e
HIAM	<i>Hamutuk Ita Ajuda Malu</i>
HINI	Intervenção Nutricional de Alto Impacto (sigla inglesa para <i>High Impact Nutrition Intervention</i>)
HIVOS	<i>International Humanist Institute for Cooperation with Developing Countries</i>
HMIS	Sistemas de Informação de Gestão da Saúde (sigla inglesa de <i>Health Management Information Systems</i>)
IAHO	Organização Internacional de Saúde Animal (sigla inglesa de <i>International Animal Health Organisation</i>)
ICESCR	Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (sigla inglesa para <i>International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights</i>)
IDA	Anemia por Deficiência de Ferro (sigla inglesa para <i>Iron Deficiency Anaemia</i>)
IFAD	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (sigla inglesa para <i>International Fund for Agricultural Development</i>)
IHAC	Iniciativa Hospital Amigo da Criança
IMC	Índice Massa Corporal
IMCI	Atendimento Integrado de Doenças da Infância (sigla inglesa de <i>Integrated Management Childhood Illnesses</i>)
IMVF	Instituto Marquês de Valle Flôr
INS	Instituto Nacional de Saúde
IPC	Centro Internacional de Políticas (sigla inglesa de <i>International Policy Centre</i>)
IYCF	Alimentação de Lactentes e Crianças (sigla inglesa para <i>Infant and Young Child Feeding</i>)

JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão (sigla inglesa para <i>Japan International Cooperation Agency</i>)
KONSSANTIL	Comissão Nacional de Segurança, Soberania Alimentar e Nutrição em Timor-Leste (sigla em Tetum para <i>Komisaun Nasional Seguransa, Soberania Aihan no Nutrisaun iha Timor Leste</i>)
KSI	<i>Kdadalak Sulimutuk Institute</i>
LECS	Sistema Informático para a Avaliação de Terras (sigla inglesa para <i>Land Evaluation Computer System</i>)
LTLT	Liberalização da Timor-Leste Telcom
RTTL	Rádio Televisão de Timor Leste
M&A	Monitorização e Avaliação
MAE	Ministério da Administração Estatal
MAM	Malnutrição Moderada-Crónica (sigla inglesa de <i>Moderate-Acute-Malnourished</i>)
MAP	Ministério da Agricultura e Pescas
MCIA	Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente
MCR	Mecanismo de Coordenação Regional das Nações Unidas
ME	Ministério da Educação
MF	Ministério das Finanças
MJ	Ministério da Justiça
MOP	Ministério das Obras Públicas
MS	Ministério da Saúde
MSS	Ministério da Solidariedade Social
MT	Ministério do Turismo
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
MUAC	Circunferência Muscular do Braço (sigla inglesa de <i>Mid Upper Arm Circumference</i>)
NBSAP	Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade (sigla inglesa de <i>National Biodiversity Strategy and Action Plan</i>)
NCBA	<i>National Cooperative Business Association</i>
NDMD	Direcção Nacional para Gestão de Desastres (sigla inglesa para <i>National Disaster Management Directorate</i>)
NDOC	Centros Operacionais de Desastres Naturais (sigla inglesa de <i>National Disaster Operation Centers</i>)
NFB	Cesto de Alimentos Nutritivos (sigla inglesa para <i>Nutritious Food Basket</i>)
NFNSP	Plano Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (sigla inglesa para <i>National Food Security and Nutrition Plan</i>)
NFP	Política Nacional para as Florestas (sigla inglesa para <i>National Forest Policy</i>)
NIEWS	Sistema Nacional de Informação e Alerta Precoce (sigla inglesa para <i>National Information and Early Warning System</i>)
NIWA	Instituto Nacional da Nova Zelândia para a Investigação Sobre Água e a Atmosfera (sigla inglesa para <i>New Zealand's National Institute of Water & Atmospheric Research</i>)
NNS	Estratégia Nacional de Nutrição (sigla inglesa para <i>National Nutrition Strategy</i>)
NSAPGSP	Estratégia Nacional e Plano de Acção para o Género e o Sector Privado (sigla inglesa de <i>National Strategy and Action Plan for Gender and Private Sector</i>)
NYEAP	Plano de Acção Nacional para o Emprego para os Jovens (sigla inglesa de <i>National Youth Employment Action Plan</i>)
NZAid	<i>New Zealand Aid</i>
ODF	Livre de defecação a céu-aberto (sigla inglesa para <i>Open Air Defecation</i>)
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OIT	Organização Internacional do Trabalho

OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização de Sociedade Civil
PAM	Programa Alimentar Mundial
PAN	Plano de Acção Nacional
PAN-HAM-TIL	Plano de Acção Nacional - Timor-Leste sem Fome e Malnutrição (sigla em Tetum para <i>Planu Asaun Nasional-Hakotu Hamlaha no Malnutrisaun iha Timor-Leste</i>)
PANA	Plano de Acção Nacional para a Adaptação (às Alterações Climáticas)
PARCIC	<i>PARC Inter-Peoples Cooperation</i>
PDD	Programa para o Desenvolvimento Descentralizado
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PE-MAP	Plano Estratégico – Ministério Agricultura e Pescas
PEMSEA	<i>Partnership in Environmental Management for the Seas of East Asia</i>
PERMATIL	<i>Permaculture Timor-Leste</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PNDS	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos
PNTL	Policy National Timor-Leste
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPTMI	Programa de Prevenção de Transmissão Materno-Infantil
PSF	Promotores Saude Familia
PSFD	Política e Estratégia para o Desenvolvimento das Pescas (sigla inglesa de <i>Policy and Strategy for Fisheries Development</i>)
PTMIV	Prevenção de Transmissão Materno-Infantil do VIH
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
RDP	Programa de Desenvolvimento Rural (sigla inglesa de <i>Rural Development Program</i>)
RDTL	República Democrática de Timor-Leste
RMNCH	Saúde Reprodutiva, Materna, Neo-natal e Infantil (sigla inglesa para <i>Reproductive, Maternal, New Born and Child Health</i>)
RSSP	Projecto de Apoio ao Sector das Estradas (sigla inglesa de <i>Road Sector Support Project</i>)
SAM	Malnutrição Severa-Aguda (sigla inglesa de <i>Severe-Acute-Malnutrition</i>)
SAS	Secretaria de Estado para a Água e Saneamento
SEAPRI	Secretaria de Estado para a Promoção do Sector Privado
SEMA	Secretaria de Estado para o Meio Ambiente
SEPFOPE	Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego
SEPI	Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade
SES	Secretaria de Estado para a Segurança
SFC	Intervenientes na Cadeia de Abastecimento de Alimentos (sigla inglesa para <i>Stakeholders in Food Supply Chains</i>)
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SISCA	Serviço Integrado da Saúde Comunitária (sigla em Tétum de <i>Servisu Integradu da Saude Comunitaria</i>)
SLM	Substitutos do Leite Materno
SOL	<i>Seeds of Life</i>
SRO	Sais para Reidratação Oral
STP	Secretariado Técnico Permanente
SUCOFINDO	<i>Superintending Company of Indonesia</i>
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TICA	Agência Tailandesa de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (sigla

	inglesa para <i>Thailand International Development Cooperation Agency</i>)
TLSDP	Plano Estratégico de Desenvolvimento para Timor-Leste (sigla inglesa para <i>Timor-Leste Strategic Development Plan</i>)
TMI	Taxa de Mortalidade Infantil
TMM	Taxa de Mortalidade Materna
UNCT	Equipa de País das Nações Unidas (sigla inglesa de <i>United Nations Country Team</i>)
UNDAF	Quadro de Apoio ao Desenvolvimento do Sistema das Nações Unidas (sigla inglesa de <i>United Nations System Development Assistance Framework</i>)
UNESCAP	Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (sigla inglesa para <i>United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific</i>)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (sigla inglesa para <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>)
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População (sigla inglesa para <i>United Nations Fund for Population Activities</i>)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para as Crianças (sigla inglesa para <i>United Nations Children's Fund</i>)
UNRC	Coordenador Residente das Nações Unidas (sigla inglesa de <i>United Nations Resident Coordinator</i>)
UNTL	Universidade Nacional de Timor Lorosa'e
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (sigla inglesa para <i>United States Agency for International Development</i>)
USC Canada	<i>Unitarian Service Committee of Canada</i>
VIH	Vírus de Imuno-deficiência Humana
WAZ	Classificação de peso-para-idade (sigla inglesa de <i>Weight-for-Age Z scores</i>)
WRA	Mulheres em Idade Reprodutiva (sigla em inglês de <i>Women in Reproductive Age</i>)

SECÇÃO 1 VISÃO GERAL DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, FOME E MALNUTRIÇÃO

1.1 O DESAFIO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR, FOME E MALNUTRIÇÃO - PERSPECTIVAS GLOBAIS E REGIONAIS

Com base na Declaração da Cimeira Mundial da Alimentação de 1996, entende-se por segurança alimentar e nutricional "quando todas as pessoas, a qualquer momento, têm acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para manter uma vida saudável e activa." A Cimeira Mundial da Alimentação de 1996 estabeleceu a meta para reduzir para metade o número de pessoas subnutridas até 2015 com base no número registado em 1992. Existem aproximadamente 827 milhões de pessoas nos países em vias de desenvolvimento, que não cumprem este critério. Em 2011-2013 cerca de 552 milhões destas pessoas tinham fome e estavam malnutridas (i.e., dois-terços do total) encontravam-se na região da Ásia-Pacífico. Na Ásia e no Pacífico cerca de 100 milhões de crianças com menos de 5 anos têm uma estatura baixa. A fome (falta de uma quantidade suficiente de alimentos) e a malnutrição (a condição que desenvolve quando o corpo não recebe a quantidade necessária de calorias, vitaminas, minerais, e outros nutrientes que necessita para manter a saúde dos tecidos humanos e o funcionamento dos órgãos) são as principais causas de milhares de mortes todos os anos a nível mundial e na região. As crianças pequenas e as mulheres gestantes e lactantes são os grupos mais vulneráveis e com maiores possibilidades de serem afectados. A subnutrição é a causa subjacente da morte de 3,5 milhões de mortes de crianças e de um terço das doenças de crianças. A falta de acesso a alimentos nutricionalmente adequados e aos cuidados da saúde prejudicam o potencial do desenvolvimento dos países e ameaçam a saúde e segurança pública. Assim, embora o número de pessoas com fome e/ou malnutridas tem diminuído ao longo das últimas décadas, em geral o mundo não está a fazer progressos suficientes para a prossecução do objectivo final de um mundo sem fome e malnutrição.

O direito aos alimentos é um direito humano reconhecido a nível internacional. Encontra-se consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Está também consagrado no Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (ICESCR). Várias declarações internacionais e convenções como a Declaração Internacional de Nutrição, a Cimeira Mundial da Alimentação e a Cimeira Mundial da Alimentação +5, reconhecem a necessidade dos países para respeitar e defender o direito individual de toda a gente a alimentos adequados, nutrição e saúde. Mais, a Convenção dos Direitos da Criança (CRC) e a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as

Mulheres (CEDAW) abordam os direitos específicos dos grupos mais vulneráveis, constituído por crianças e mulheres. A Cimeira Mundial da Alimentação de 1996 estabeleceu a meta para reduzir para metade o número de pessoas subnutridas até 2015 com base no número registado em 1992. Em 2004 o Conselho de Governação da FAO adoptou de forma unânime as Directrizes Voluntárias para Apoiar a Realização Progressiva do Direito a Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional.

1.2 O DESAFIO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR, FOME E MALNUTRIÇÃO - PERSPECTIVA NACIONAL

O Governo de Timor-Leste (GoTL) é signatário das declarações internacionais supramencionadas e prometeu contribuir para a redução progressiva da insegurança alimentar, da fome e malnutrição e dos seus efeitos nocivos. Timor-Leste é uma Parte da Declaração Internacional dos Direitos Humanos e da ICESCR. O Artigo 11.1 da ICESCR garante o "Direito a Alimentos Adequados" e procurou especificamente garantir "o direito a um nível de vida adequado". A Constituição de Timor-Leste não indica especificamente o direito à alimentação. No entanto, indica que todos os cidadãos de Timor-Leste devem ter acesso aos direitos humanos básicos.

Mais, o Governo de Timor-Leste está fortemente empenhado nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) e realizou medidas importantes na prossecução dos ODMs desde a adopção da Declaração do Milénio em 2000. O relatório de actividades dos ODMs de 2013 demonstrou que Timor-Leste está no bom caminho em vários ODMs. No entanto, este não é o caso do ODM 1, Meta 3 (reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população afectada pela fome).

Desde 1999, o GoTL colocou em prática um conjunto de políticas e iniciativas nacionais que visam a promoção do Direito à Alimentação. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (NFNSP) e a Estratégica Nacional de Nutricional (NNS) são, respectivamente, complementares à Política e Quadro Estratégico do Ministério de Agricultura e Pescas (MAP) e o plano do desenvolvimento do sector da saúde do Ministério da Saúde (MS). Estas políticas, estratégias e planos estão visam a prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O seu objectivo é orientar os esforços do Governo na erradicação da fome e da malnutrição em todas as suas formas. Assim, também contribuem para a redução da pobreza até 2020, que é um dos objectivos do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste (TSLDP) 2011 - 2030

O compromisso para acabar com a fome e a malnutrição em Timor-Leste foi explicitamente declarado em Outubro de 2010 por Ministérios relevantes que assinaram a Declaração de Comoro, nomeadamente, os

Ministérios da Agricultura e Pescas; Saúde; Comércio, Indústria e Ambiente; Educação; Obras Públicas; Administração Estatal; Negócios Estrangeiros e Cooperação; e Solidariedade Social. Estes ministérios competentes estão agora a trabalhar no âmbito da estrutura do Conselho Nacional para a Soberania da Segurança Alimentar e Nutrição em Timor-Leste (KONSSANTIL) Outros membros do KONSSANTIL são os Secretários de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego, Promoção da Igualdade, Apoio e Promoção do Sector Privado, e o Gabinete do Presidente da República Democrática de Timor-Leste, a Procuradoria dos Direitos Humanos e um representante da Sociedade Civil (HASATIL).

Através destes e outros esforços tem havido algum progresso na redução da fome e malnutrição em Timor-Leste. No entanto, os índices de fome severa e malnutrição crónica e incidências de baixa estatura e subnutrição encontram-se ainda em níveis alarmantes. As graves penúrias alimentares continuam a acontecer em Timor-Leste, especialmente durante a estação de escassez de Novembro a Fevereiro. Sessenta e dois por cento dos agricultores passam pelo menos um mês por ano de penúria alimentar (sem alimentos produzidos por si disponíveis para consumo). O Inquérito de Alimentar e Nutricional de Timor-Leste realizado em 2013 revela valores de 50% de baixa estatura, 11% de debilitação e 37,7% com peso insuficiente.

1.3 LANÇAMENTO DO DESAFIO FOME ZERO PELAS NAÇÕES UNIDAS AO NÍVEL GLOBAL E REGIONAL

Em resposta ao problema global da fome e malnutrição, Ban Ki-moon, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), lançou o Desafio Fome Zero (DFZ) na Conferência Rio+20 sobre o Desenvolvimento Sustentável em Junho 2012 onde anunciou a sua visão para o futuro - um mundo livre de fome e malnutrição. Esta visão encontra-se englobada nos cinco pilares do DFZ, nomeadamente: 100% acesso a alimentos adequados todo o ano; zero crianças com menos de 2 anos de idade com atraso de crescimento; todos os sistemas alimentares são sustentáveis; 100% aumento na produtividade e no rendimento dos pequenos agricultores; e zero perda ou desperdício de alimentos. A premissa basilar do DFZ é que é simplesmente inaceitável que centenas de milhares de pessoas passem fome num mundo de abundância. Em Abril de 2013, a mensagem do DFZ foi reforçada em Madrid, Espanha, no processo de Consulta de Alto Nível sobre a Fome, Segurança Alimentar e Nutrição. A Conferência pediu à comunidade internacional para reforçar o seu compromisso perante a erradicação da fome, insegurança alimentar e malnutrição até 2025 de forma sustentável, enfatizando a necessidade de priorizar o desenvolvimento equitativo, especialmente o empoderamento das mulheres.

Ao nível regional, o DFZ foi lançado a 29 de Abril de 2013 pelo Secretário-Geral Adjunto da ONU e pelo Secretário Executivo da Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (UNESCAP), com a participação dos Primeiros-Ministros e altos responsáveis de Estados-Membros da ONU na região, incluindo o Primeiro-Ministro Kay Rala Xana Gusmão de Timor-Leste.

Subsequentemente, o Secretário-Geral Adjunto e a Assessora Especial do Secretário-Geral da ONU para Timor-Leste concordaram e apoiaram a ideia de traduzir o DFZ em acções concretas, com prazos determinados, com o objectivo de conseguir que até 2025 a região da Ásia-Pacífico esteja livre de fome. O primeiro passo do Grupo de Trabalho Temático Regional da ONU sobre Pobreza e Fome, liderado pela FAO e co-presidido pela UNESCAP e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), elaborou o "Quadro Referência Regional para Atingir da Fome Zero na Ásia e no Pacífico" com o objectivo de dar orientações aos Estados-Membro da ONU para a formulação e implementação de actividades para por fim à fome através de consultas e coordenação ao nível nacional. O Quadro Referência foi apresentado a altos representantes do Países Membros da Conferência Ministerial Regional sobre Cooperação Económica e Integração na Ásia e no Pacífico convocada pela ESCAP em Dezembro de 2013 que, na sua declaração de Bangucoque reconheceu a importância do DFZ para a cooperação regional para apoiar países com várias necessidades, como os países menos desenvolvido, países em vias de desenvolvimento sem acesso ao mar e pequenos estados insulares em vias de desenvolvimento.

1.4 RESPOSTA DO GOVERNO DE TIMOR-LESTE - O QUE TEM DE SER FEITO

Com conhecimento das iniciativas Globais e Regionais do DFZ e em resposta à situação crítica de fome e de malnutrição em Timor-Leste, o GoTL, em colaboração com os parceiros de desenvolvimento incluindo as agências da ONU e Organizações de Sociedade Civil (OSCs) lançaram a iniciativa Timor-Leste sem Fome e Malnutrição (Hakotu Hamlaha no Malnutrisaun iha Timor-Leste ou HAM-TL) em Janeiro de 2014.

A 9 de Janeiro de 2014, a formalização da iniciativa HAM-TIL foi posto em marcha numa sessão especial do Parlamento Nacional pelo Primeiro-Ministro Xanana Gusmão com a Sua Alteza Real a Princesa Maha Chakri Sirindhorn (Princesa da Tailândia) e a Assessora Especial do Secretário-Geral da ONU para Timor-Leste, que compareceram ao evento. A iniciativa HAM-TIL recebeu apoio entusiástico de vários partidos na Câmara dos Representantes, i.e., Congresso Nacional de Reconstrução de Timor-Leste, Frente Mudansa, Partido Democrático e os partidos da oposição. O GoTL determinou que era necessário prosseguir com um conjunto de medidas deliberadas com o objectivo de levar o país a uma situação de fome-zero e sem malnutrição até 2025.

Através do PAN-HAM-TIL, o GoTL e os seus parceiros vão continuar a melhorar a situação da segurança alimentar e eliminação da fome e malnutrição de forma a garantir que todos possam desfrutar do seu direito à alimentação. Entre outras coisas, este processo inclui a transformação do sector da agricultura em Timor-Leste de subsistência para produção e rendimento aumentado para os agricultores, diminuição das perdas e do desperdício alimentar e um aumento na percentagem de trabalhadores assalariados no sector da agricultura. O GoTL e os seus parceiros vão também abordar a malnutrição com programas de replicação da gestão da malnutrição crónica, de melhoria da ingestão de micronutrientes, de melhoria no acesso aos serviços de saúde, de melhoria na utilização de alimentos nutritivos através da alteração dos comportamentos e das práticas de nutrição e melhorar a higiene e o saneamento. Programas para reforçar um ambiente político, legal, regulamentar e de protecção social de viabilização, servirão de base para estas iniciativas. Mais, ter-se-á especial cuidado para garantir que todas as iniciativas e objectivos e metas que sejam atingidos, sejam sustentáveis.

1.5 PROCESSO E MECANISMO INSTITUCIONAL DA FORMULAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO NACIONAL

A determinação do GoTL em cumprir o seu compromisso com o DFZ levou ao desenvolvimento e preparação do Plano de Acção Nacional - Timor-Leste sem Fome e Malnutrição (Planu Asaun Nasional - Hakotu Hamlaha no Malnutrisaun iha Timor-Leste ou PAN-HAM-TIL). O Plano de Acção Nacional tem como base, e visa, ser coerente com as políticas e o planos governamentais existentes, tais como TLSDP, NFNSP, NNS, Política Nacional de Gestão de Riscos de Desastres Naturais, Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade, e planos de desenvolvimento sectoriais dos ministérios membros do KONSSANTIL.

Um conjunto de consultas e workshops intensos e interactivos foram desenvolvidos com vários intervenientes interessados de forma a desenvolver o Plano de Acção Nacional. Em primeiro lugar foi realizada uma revisão dos documentos de desenvolvimento estratégicos supramencionados, seguida de Discussões de Grupo Dirigidas (FGDs) com membros dos ministérios do KONSSANTIL, secretarias de estado e organizações de sociedade civil, e parceiros de desenvolvimento incluindo Agências da ONU. O processo incluiu também entrevistas individuais com Directores Técnicos Nacionais de vários Ministérios e discussões no Conselho de Ministros.

Mais, as consultas regionais foram dirigidas pelos Administradores de Distrito com a participação de várias divisões técnicas, líderes comunitários, sociedade civil, sector privado, organizações de jovens e de

mulheres. Como elementos essenciais para a finalização do plano de acção, foram realizados workshops temáticos e nacionais. Através destas consultas inclusivas e interactivas foi possível desenvolver discussões extensivas sobre assuntos e questões e soluções possíveis para a insegurança alimentar, fome e malnutrição em Timor-Leste.

O KONSSANTIL, co-presidido pelo Coordenador Residente das Nações Unidas (UNRC), foi responsável principalmente pela formulação do PAN-HAM-TIL. A FAO prestou apoio técnico no exercício de formulação deste documento. O Conselho foi apoiado por um Secretariado Técnico Permanente que consistiu de altos representantes referentes à segurança alimentar e nutricional, representantes de agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, Grupo de Trabalho Interministerial para a Segurança Alimentar e Nutricional e Pontos Focais do MAP para o DFZ e OSCs, incluindo grupos religiosos. O Esquema 1.1 demonstra o processo e os passos tomados na formulação do Plano de Acção Nacional.

Esquema 1.1 - O processo e os passos tomados para o Plano de Acção Nacional - Timor-Leste sem Fome e Malnutrição (PAN-HAM-TIL)



SECÇÃO 2 ELEMENTOS-CHAVE DO PLANO DE ACÇÃO

2.1 OBJECTIVO GERAL DO PLANO DE ACÇÃO

A realização de uma verdadeira segurança alimentar e nutricional terá lugar em Timor-Leste quando a fome e a malnutrição foram reduzidas a um estado permanente de insignificância. Há uma necessidade de desenvolver um conjunto de indicadores através dos quais pode haver uma avaliação do progresso geral no desafio para conseguir um Timor-Leste sem fome e sem malnutrição até 2025. A Tabela 2.1 apresenta um conjunto de indicadores provisórios de indicadores de progresso geral sugeridos durante o processo de recolha de documentos do PAN-HAM-TIL. O conjunto final de indicadores de progresso geral serão determinados como parte da preparação do plano de implementação do PAN-HAM-TIL, liderada pelo KONSSANTIL.

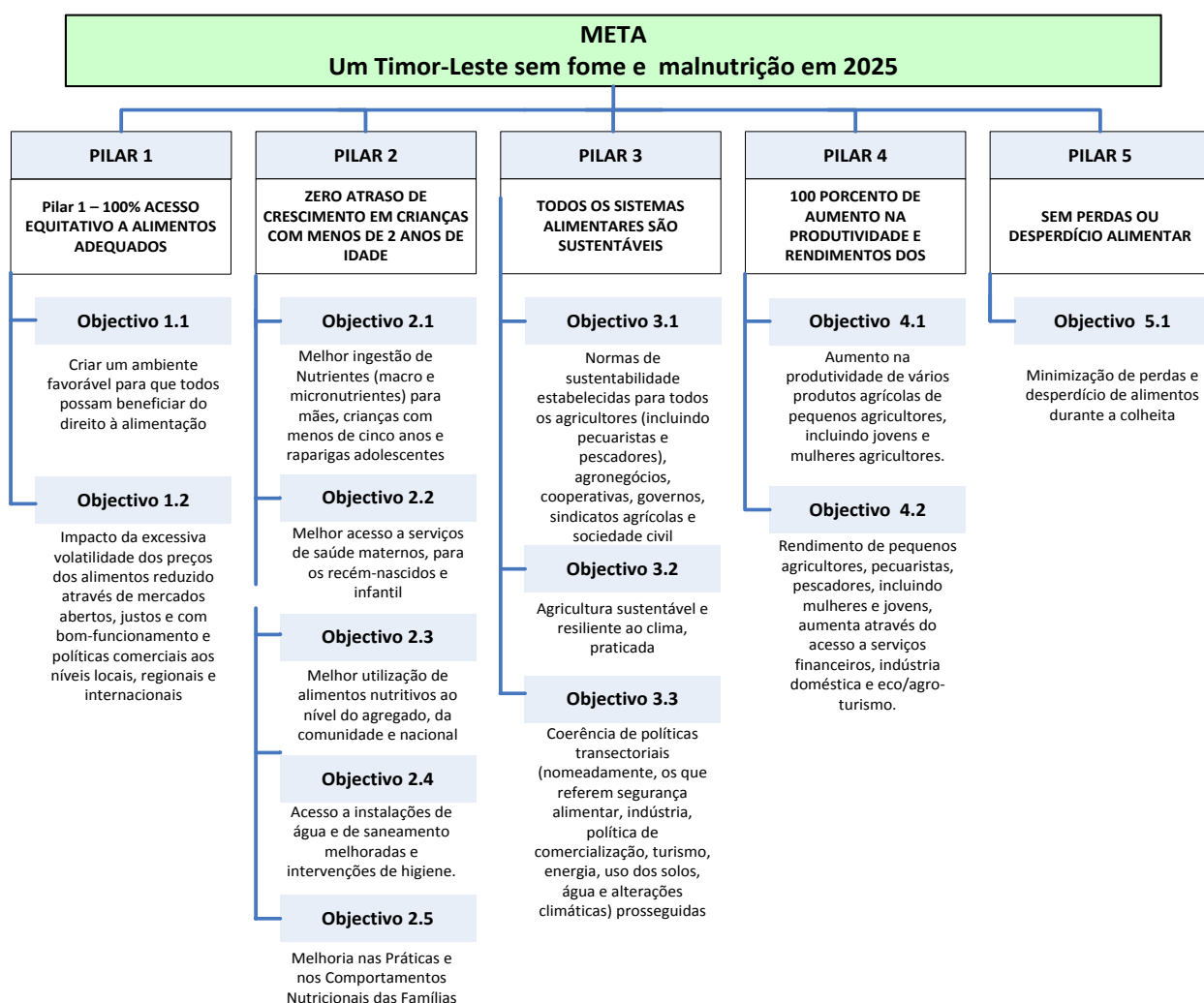
Tabela 2.1 – Proposta de Indicadores

Indicadores	Base de ref. 2013	Meta 2017	Meta 2020	Meta 2025
Prevalência de escassez de alimentos e de fome				
▪ Índice Global da Fome (GHI) [Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares e Relatório de DH do PNUD]	29,6 (Preocupante)	19,0 (Grave)	9 (Moderado)	5 (Baixo)
▪ Agregados com escassez alimentar por um mês ou mais	62%	52%	32%	<5%
▪ Classificação de Consumo de Alimentos (FCS): Agregados com consumo de alimentos aceitável	61,3%	75%	90%	100%
Taxa de prevalência de malnutrição(%)				
▪ Taxa de estatura baixa entre crianças com menos de 5 anos (HAZ <-2.00 SD)	50,2%	42%	27%	<10%
▪ Taxa de peso insuficiente entre crianças com menos de 5 anos (WAZ <-2 SD)	37,7%	30%	25%	<20%
▪ Taxa de crianças debilitadas com menos de 5 anos (BIMZ <-)	11,0%	3%	2%	<2%
▪ Taxa de anemia entre crianças com menos de 5 anos (Hemoglobina<Hb<110g/L)	62,5%	29%	7%	<3%
▪ Deficiência de Vitamina A entre crianças com menos de 5 anos (retinol sérico 0,7 µmol/L)	46%	18%	5%	<5%
▪ Deficiência de iodo para a população em geral (excreção de iodo na urina <100µg/L)	26,6%	21%	18%	<10%
▪ Taxa de magreza entre mulheres em idade reprodutiva (WRA) (BMI<18.5kgm ⁻²)	24,8%	20,9%	18%	<10%
▪ Taxa de anemia entre mulheres em idade reprodutiva (Hemoglobina <120 g/L)	38,9%	26%	16%	<10%
Saúde				
▪ Taxa de mortalidade infantil (IMR)	45/1000 partos	35/1000 partos	20/1000 partos	<10/1000 partos
▪ Taxa de mortalidade infantil em crianças com menos de 5 anos (CU5 MR)	64/1000 partos	51/1000 partos	33/1000 partos	<10/1000 partos
▪ Taxa de mortalidade materna (MMR)	6/1000 nados-vivos (TLDS, 2010)	4/1000 partos	2/1000 partos	<2/1000 partos
▪ Esperança de vida	65,5 anos (OMS, 2012)	69 anos	73 anos	77 anos
Pobreza				
▪ População a viver abaixo do limiar da pobreza	41%	31%	21%	10%

2.2 ÁREAS PRIORITÁRIAS NO PLANO DE ACÇÃO NACIONAL - OS CINCO PILARES

O Plano de Acção Nacional - Timor-Leste sem Fome e Malnutrição (PAN-HAM-TIL) foi estabelecido com base em cinco pilares estratégicos do DFZ (Esquema 2.1). Cada pilar tem um conjunto de Objectivos e cada Objectivo está associado a um conjunto de Resultados. Por sua vez, cada Resultado tem um conjunto de áreas prioritárias de intervenção. Estas intervenções são apresentadas como Actividades que devem ser realizadas de forma a atingir as metas estabelecidas no Plano de Acção.

Esquema 2.1 Os Elementos Estratégicos do Plano de Acção Nacional para Um Timor-Leste Sem Fome e Malnutrisaun



PILAR 1 – 100% ACESSO EQUITATIVO A ALIMENTOS ADEQUADOS, NUTRITIVOS E ACESSÍVEIS TODO O ANO

Este pilar lida com a forma com que se consegue criar um ambiente viável que poderá facilitar a capacidade das pessoas, especialmente as mais vulneráveis, tenham acesso e possam desfrutar do seu direito à alimentação. Este pilar realça a importância das opções políticas favoráveis e os instrumentos em áreas como o usos dos solos, produção doméstica de alimentos, informação sobre preços e o mercado, sensibilização, oportunidade de meios de subsistência e emprego decentes, estabilização dos mercados, reservas alimentares em tempos de emergência, protecção social e redes de segurança. Foram identificados dois Objectivos para orientar a escolha dos Resultados e Actividades para este pilar.

Objectivo 1.1 - Pessoas pobres e marginalizadas têm uma garantia mais segura dos seus direitos a alimentos e a alimentos mais diversificados

É importante tomar medidas para garantir que os programas de desenvolvimento são sensíveis às necessidades dos mais vulneráveis, especialmente pessoas a viver em pobreza, mulheres, crianças e comunidades rurais. Tal pode ser feito através de medidas que permitem que a população tem conhecimento dos direitos, políticas e legislação que lhes dão acesso aos seus direitos, e que estas sejam formuladas e implementadas, e que haja uma promoção e utilização de material e conhecimento indígena. No âmbito deste Objectivo, as áreas de actividade identificadas para os cinco resultados, foram:

- Um ambiente favorável para que todos possam beneficiar do direito à alimentação.
- Agricultura sustentável e sistemas alimentares, incluindo o seu marketing.
- Maior acesso a emprego digno e produtivo especialmente para os jovens nas zonas rurais e mulheres pobres.
- Promoção da protecção social, serviços sociais e de redes de segurança identificadas.
- Aumento da produção doméstica de alimentos, de forma sustentável.

Objectivo 1.2 - Impacto da excessiva volatilidade dos preços dos alimentos reduzido através de mercados abertos, justos e em bom-funcionamento e políticas comerciais aos níveis locais, regionais e internacionais.

A população pobre e vulnerável são mais afectadas pelas frequentes e imprevisíveis alterações no aprovisionamento e no preço dos alimentos. De forma a combater as flutuações negativas no aprovisionamento dos alimentos, é necessário implementar melhorias na gestão de reservas alimentares de alimentos, importação e exportação de alimentos, políticas e monitorização de preços, e

acções para promover a integração no mercado. É também importante que haja movimento e acesso a informação fiável sobre todos os aspectos dos sectores rurais, agrícolas e alimentares. Esta informação facilita a existência de mercados abertos, justos e com bom-funcionamento e políticas comerciais aos níveis locais, regionais e internacionais. Este Objectivo tem quatro resultados que orientam as Actividades:

- Informação adequada e suficiente sobre o mercado e os preços e sistemas de monitorização estabelecidos e promovidos
- Maior fiabilidade das estatísticas e informações agrícolas e rurais
- Reservas alimentares de emergência estabelecidas
- Melhorar a cooperação regional e sub-regional para reforçar a segurança alimentar e para impedir a volatilidade excessiva de preços

PILAR 2: ZERO ATRASO DE CRESCIMENTO EM CRIANÇAS COM MENOS DE 2 ANOS DE IDADE¹

Este pilar conduz os esforços de erradicação da malnutrição. Abordas a formas como a ingestão dietética pode ser melhorada e como os alimentos, a água e doenças transmitidas por agentes vectores, tal como doenças infecciosas podem ser controlas e eliminadas para garantir que há uma utilização biológica óptima dos alimentos. Este pilar tem cinco Objectivos.

Objectivo 2.1 - Melhor ingestão de nutrientes (macro e micronutrientes) para mães, crianças com menos de cinco anos e raparigas adolescentes.

A ingestão inadequada de calorias, proteínas e gorduras leva demasiadas vezes ao atraso de crescimento (malnutrição crónica), debilitação (malnutrição aguda) e deficit de peso (malnutrição crónica/aguda) entre crianças com menos de 5 anos (CU5), tal como níveis inaceitáveis de deficiência crónica de energia (CED) entre mulheres em idade reprodutiva (WRA). As deficiências mais graves referem-se à ingestão baixa de ferro, folato, Vitaminas A e B, iodo e zinco, que são problemas de saúde pública especialmente graves entre crianças pequenas e WRA. A falta significativa de diversidade dietética também causa deficiências de micronutrientes. Este Objectivo visa particularmente as CU5 e as WRA. Tem quatro resultados que vão orientar a selecção de actividades para promover a ingestão adequada de macro e micro nutrientes para melhores resultados nutricionais:

- Melhores práticas alimentares maternas, lactentes e Crianças (IYCF)

¹ Serão feitos os ajustes necessários a este Pilar quando o Plano de Acção Nacional for revisto numa fase posterior de implementação.

- Melhor cobertura de suplementos rotineiros de micronutrientes
- Utilização mais generalizado e consumo alargado de sal iodado e alimentos fortificados
- Melhoria no resultado do tratamento (taxa de cura) da malnutrição materna e infantil

Objectivo 2.2 - Melhor acesso a serviços de saúde maternos, para os recém-nascidos e infantil.

O acesso aos serviços de saúde foram sempre um desafio especialmente para quem vive em zonas rurais e remotas de Timor-Leste. A promoção de um acesso melhor e de uma melhor qualidade dos serviços de cuidados de saúde pode ser uma fonte importante de cuidados para os residentes nas zonas rurais. Também inclui a disponibilização de apoio no desenvolvimento de um fornecimento adequado de serviços comunitários incluindo a disponibilidade de números adequados de trabalhadores altamente qualificados e profissionais do sector da saúde a todos os níveis operacionais. Também devem ser melhoradas as outras formas de sensibilização ou de prestação de serviços no sector da saúde como escolas. Parcerias público-privadas vão também fazer parte desta estratégia. Há cinco resultados associados a este Objectivo:

- Aumento na utilização dos serviços de saúde materna para 24/7.
- Aumento na proporção de crianças 0-24 meses totalmente imunizadas
- Aumento na proporção de crianças desparasitadas com idades abaixo dos cinco anos
- Crianças doentes com menos de cinco anos são tratados de acordo com o protocolo de gestão integrada de doenças infantis (IMCI)
- Mães, recém-nascidos e crianças com VIH recebem tratamento e serviços de apoio (de acordo com normas definidas a nível nacional)

Objectivo 2.3 - Melhor utilização de alimentos nutritivos ao nível do agregado, da comunidade e nacional

Há uma necessidade de inculcar e consolidar no país, a todos os níveis, a importância de hábitos alimentares saudáveis e diversidade dietética. As actividades deste Objectivo foram priorizadas através de um Resultado.

- Promoção do aumento de consumo de fontes diferentes de alimentos ricos em proteína (alimentos animais e feijão) por raparigas adolescentes, mães e crianças pequenas.

Objectivo 2.4 - Melhor acesso a instalações de água e de saneamento e a intervenções na higiene.

A falta de acesso ou o acesso pouco adequado a água potável compromete a capacidade das pessoas de utilizarem os alimentos que estão disponíveis e acessíveis, de forma adequada. Instalações de saneamento, em conjunto com comportamentos anti-higiénicos (como não lavar as mãos

adequadamente) aumenta a susceptibilidade a doenças. Assim, a promoção de acesso a quantidades suficientes de água potável e instalações sanitárias adequadas e a introdução de comportamentos higiénicos nos agregados, na comunidade e nos locais público, é de grande importância de forma a reduzir o fardo das doenças e o comprometimento da nutrição que é causado por estes factores de risco. Há um resultado que orienta o conjunto de actividades a serem implementadas:

- Famílias, especialmente crianças, mulheres e raparigas adolescentes, usam instalações de saneamento básico melhoradas e usam sabão para lavar as mãos

Objectivo 2.5 - Melhoria nas práticas e nos comportamentos nutricionais das famílias

Práticas nutricionais inadequadas e insuficientes, particularmente no que refere os cuidados com mãe e criança (M&C) pode prejudicar a utilização adequada dos alimentos mesmo se estiverem disponíveis e acessíveis. Em Timor-Leste há práticas tabu alimentares generalizadas ou restrições alimentares depois do parto, para os recém-nascidos e para as crianças, que afectam o seu estatuto nutricional. O conhecimento sobre dietas equilibradas e as melhores práticas de saúde são também limitadas. Assim, este Objectivo realça a necessidade de educar as mães para aumentar o seu nível de conhecimento ou quando procurar cuidados adequados e para identificar soluções precoces para os seus problemas de saúde e nutricionais. As intervenções sugeridas enfatizam a grande necessidade de incutir conhecimento e de fomentar acções práticas adequadas através da educação de saúde e nutricional, tal como através da influência cultural e outras práticas. Deve ser dada atenção especial às necessidades dos lactentes e crianças jovens, mulheres grávidas, mulheres lactantes, adolescentes e crianças em idade escolar. Há seis resultados associados a este Objectivo:

- Implementação da estratégia e do plano multisectorial nacional de comunicação para a nutrição.
- Sub-aldeias têm grupos comunitários a promover comportamentos e práticas referentes à Nutrição e dão acesso a informação e apoio a pais para prevenir a interrupção do crescimento em crianças com menos de 2 anos
- Mulheres em idade reprodutiva e raparigas adolescentes realizam práticas viáveis definidas a nível nacional para melhorar a ingestão de nutrientes
- Maior sensibilidade das raparigas adolescentes que frequentam a escola em relação à protecção do crescimento fetal, infantil e de jovens crianças
- Fortalecimento da capacidade de implementação e coordenação de entidades referentes à nutrição
- Maior disponibilidade de fundamentos para a tomada de decisão

PILAR 3: TODOS OS SISTEMAS ALIMENTARES SÃO SUSTENTÁVEIS

O Pilar 3 suporta a necessidade de garantir que há sistemas de agricultura e segurança alimentar sustentáveis ao nível global, regional, nacional, local, comunitário e dos agregados. Muitos fenómenos diversos colidem com a integridade de um sistema de agricultura e de alimentos sustentável. Estes incluem sistemas de propriedades; fertilidade dos solos; qualidade dos recursos de água fresca e marinhos; sobre-utilização da biodiversidade; e os impactos das alterações climáticas, perigos e desastres. Existem também preocupações referentes à disponibilidade da mão-de-obra nos terrenos agrícolas e no bem-estar dos agricultores, disponibilidade de quantidades adequadas e aprovisionamento acessível dos factores de produção agrícola para aumentar a produção e produtividade, e acessibilidade de alimentos nutritivos no mercado. É cada vez mais evidente a nível local que a ameaça à sustentabilidade do sistema agrícola e alimentar de Timor-Leste se deve a estas questões. A insucesso de muitas comunidades rurais conseguirem sustentar as suas famílias força-as a migrar para as zonas urbanas à procura de oportunidades, tendo como consequência uma produção agrícola e alimentar reduzida e imprevisível. Esta pilar tem três Objectivos prioritários para direccionar os Resultados e Actividades:

Objectivo 3.1 - Normas de sustentabilidade estabelecidas para todos os agricultores (incluindo pecuaristas e pescadores), agronegócios, cooperativas, governos, sindicatos agrícolas e sociedade civil

Este Objectivo reconhece que há uma necessidade de estabelecer um limiar de normas de sustentabilidade esperadas entre todos os intervenientes e ao longo de todos os pontos da cadeia de valor da agricultura e dos alimentos. Isto irá garantir a sustentabilidade da cultura e dos sistemas alimentares e nutricionais de Timor-Leste. Este Objectivo foca nas necessidades mínimas para um sistema de agricultura e alimentar em Timor-Leste que irá dar apoio aos intervenientes nas suas iniciativas de sustentabilidade agrícola. Há duas áreas seleccionadas de concentração que incluem o foco na construção de normas de sustentabilidade nas práticas de produção primária e no estabelecimento de normas de qualidade e segurança alimentar:

- Normas nacionais sobre produção sustentável alimentar estabelecidas e praticas por agricultores, pecuaristas e pescadores
- Normas de qualidade e segurança nacionais estabelecidas e promovidas para uma implementação eficaz por todos os actores dos sistemas alimentares.

Objectivo 3.2 - Agricultura sustentável e resiliente às alterações climáticas, praticada

Há uma necessidade de garantir que todas as práticas de produção agrícola e alimentares estabelecem um equilíbrio entre o estatuto nutricional e a segurança alimentar de um país e a sustentabilidade dos recursos ambientais e naturais. Devido às alterações climáticas há uma variabilidade elevada na produção a nível global e local como resultado da grande variabilidade meteorológica. Ao longo do tempo, este fenómeno está a acentuar-se e a piorar. Assim, de forma a garantir segurança alimentar e nutricional é importante entender, adaptar e desenvolver mecanismos de resposta para lidar com a variabilidade climática. O aumento da mitigação e da gestão de riscos, desastres e emergências são uma grande preocupação das intervenções deste Objectivo. Foram identificados três resultados:

- Programa de investigação e extensão reforçado para a implementação de práticas sustentáveis
- Pequenos agricultores incluindo criadores de gado e pescadores adoptam tecnologias agrícolas e piscatórias sustentáveis e resilientes ao clima, testadas e comprovadas em Timor-Leste
- Competências melhoradas para reduzir e gerir o risco de desastres aos níveis nacional e sub-nacional.

Objectivo 3.3 - Coerência de políticas transectoriais (nomeadamente, as que referem segurança alimentar, indústria, política de comercialização, turismo, energia, uso dos solos, água e alterações climáticas) prosseguidas

Um dos requisitos mais importantes da sustentabilidade ao abordar questões de alimentação e nutrição é a necessidade de haver coerência em vários sectores e instituições de forma a harmonizar as políticas, os programas e a implementação de várias acções. As políticas agrícolas, alimentares e nutricionais de Timor-Leste, têm, até agora, tido a tendência de ser oportunistas, com níveis desadequados de coordenação entre os ministérios e parceiros de desenvolvimento. No futuro o foco inclui fazer a ligação entre as políticas de agricultura, alimentação e nutrição com as políticas de desenvolvimento rural, comércio, turismo, desenvolvimento do sector privado para pequenas e médias empresas e a gestão de recursos. É necessário explorar e executar formas diferentes de fortalecer as actividades transectoriais. Os seguintes Resultados dão prioridade ao que é necessário prosseguir de forma urgente:

- Abordagens integradas na gestão de recursos naturais em implementação
- Promover abordagens integradas participativas na gestão de recursos naturais costeiros.

PILAR 4: 100% DE AUMENTO NA PRODUÇÃO E NO RENDIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES

Timor-Leste é um país de pequenos agricultores. Estão no centro do esforço de desenvolvimento do país. São os principais actores na realização dos objectivos do desafio de um Timor-Leste sem fome e

malnutrição em particular, e na redução da pobreza e nas ambições de desenvolvimento nacional, em geral. Este pilar aborda as formas em que quantidades suficientes de alimentos nutricionalmente adequados podem estar disponíveis e acessíveis nos sítios certos, à hora certa e nas formas certas em todo o país, particularmente através de uma maior produção e produtividade e num aumento no rendimento dos pequenos agricultores. Foram elaborados dois Objectivos para orientar as opções dos resultados e intervenções referentes a este assunto:

Objectivo 4.1 - Aumento na produtividade de vários produtos agrícolas de pequenos agricultores, incluindo jovens e mulheres agricultores.

A produção e produtividade agrícola, especialmente no que refere a alimentação deverá aumentar e intensificar. Os programas vão promover um cultivo mais extensivo e intensivo de cereais (milho e arroz) e outros alimentos básicos (batatas, cassava, taro, batata doce, etc.) e frutas e legumes. O PAC-HAM-TIL também dá prioridade à promoção de uma produção mais extensiva e intensiva de animais e de peixe (mar e aquicultura). Os pequenos agricultores são visados através da transferência de tecnologias e através da disponibilização de informação agrícola e materiais de comunicação. As parcerias público-privadas serão promovidas para os agricultores poderem ter um maior acesso aos factores de produção agrícola como sementes, adubo, pesticidas e outros materiais de semear, aves, animais e alevinos. Será dada atenção ao uso sustentável e eficiente de recursos produtivos, incluindo a melhoria das tecnologias de produção através de investigação, extensão e outros serviços de desenvolvimento. A utilização de variedades indígenas de gado e culturas agrícolas que são mais adaptáveis a pragas, secas e cheias, serão promovidas. A utilização mais eficiente da irrigação e dos recursos hídricos também será promovida. Haverá também o desenvolvimento e promoção da utilização de melhores máquinas e ferramentas. Os sete resultados identificados como base para a selecção e implementação das actividades identificadas para responder aos objectivos deste Objectivo são:

- Produtividade agrícola aumentada para responder às necessidades alimentares
- Práticas de produção animal e melhores práticas de reprodução animal de saúde aplicadas por agricultores, para aumentar a produtividade.
- Produção e gestão de pesca adequados aplicados a agricultores e pescadores para aumentar a produtividade.
- Organizações e grupos de agricultores, pescadores e pecuaristas, incluindo grupos de mulheres e jovens apoiados, fortalecidos e empoderados.

- Governação responsável dos solos, pescas e florestas implementado para prevenir a usurpação de terrenos e de outros recursos naturais, aquisição forçada de terrenos e outros recursos e deslocações.
- Inovação agrícola promovida através de tecnologias de informação e comunicação (TIC)
- Promoção de gestão integrada das bacias hidrográficas de forma a abordar a segurança alimentar

Objectivo 4.2 - Rendimento de pequenos agricultores, pecuaristas e pescadores, incluindo mulheres e jovens, aumenta através do acesso a serviços financeiros, indústria doméstica e eco/agro-turismo.

De forma a melhorar o acesso económico aos alimentos, é essencial tomar medidas directas para melhorar o rendimento dos pequenos produtores de produtos agrícolas, animais e pescas. Com este fim, a criação de pequenas e médias empresas e oportunidades de emprego, serão apoiados com foco nas áreas rurais com elevados níveis de pobreza e insegurança alimentar e nutricional. Mais, as melhorias no acesso ao crédito e a terra por famílias a viver em pobreza, serão apoiadas para ajudá-los a responder a graves falhas alimentares e de forma a impedir a malnutrição a longo-prazo. Será dada uma atenção especial à criação de oportunidades económicas para mulheres e para aumentar o seu acesso a recursos, especialmente terra e crédito. A promoção e a execução de empresas e empreendimentos de valor acrescentado serão formas importantes de aumentar os rendimentos dos pequenos agricultores. Foram identificados quatro resultados que orientam as actividades de intervenção para este Objectivo são:

- Acesso reforçado a serviços financeiros como poupanças, crédito, seguros e outros para pequenos agricultores, pecuaristas e pescadores incluindo mulheres e jovens.
- Pequenos agricultores, pescadores, pecuaristas, incluindo mulheres e jovens, têm acesso reforçado aos mercados e consumidores
- Indústria doméstica promovida através do processamento agrícola com valor acrescentado dos produtos agrícolas locais utilizando ferramentas e mecanismos de poupança de mão-de-obra, especialmente para as mulheres
- Eco/Agro-turismo promovido com o objectivo de diversificar a geração de rendimento e oportunidades de emprego, especialmente das mulheres e dos jovens.

PILAR 5: SEM PERDAS OU DESPERDÍCIO ALIMENTAR

Este pilar é a base da grande preocupação de enormes perdas e desperdício de alimentos na cadeia de alimentos. A perda e o desperdício de alimento é uma preocupação para todos os actores no sistema alimentar. Por um lado, a procura pelos alimentos está a aumentar à medida que o rendimento da população aumenta. Por outro lado, a perda e o desperdício de alimentos diminuem a disponibilidade de

alimentos e o acesso aos alimentos. A perda e o desperdício alimentar em Timor-Leste não se encontra bem estudado nem documentado. No entanto, algumas análises recentes indicam que as perdas pré-colheita dos principais produtos agrícolas de base, estão perto dos 30% muitas vezes devido a um amadurecimento precoce dos cereais, dado que os agricultores utilizam as suas variedades degradadas e misturadas de sementes (SDP, 2011-2030). Outras perdas, como as perdas pós-colheita, estão estimadas em 20% para o arroz e milho.

Objectivo 5.1 - Minimização de perdas e desperdício de alimentos durante a colheita, armazenamento, transporte, processamento, venda e consumo.

Este Objectivo centra-se na necessidade de minimizar as perdas e o desperdício alimentar em todos os elementos das cadeias de alimentos em Timor-Leste, desde o aprovisionamento dos factores de produção ao manuseamento e tratamento pós-colheita, tal como no seu processamento e exportação. Estas perdas não só reduzem a disponibilidade dos alimentos no país, como também diminuem o rendimento dos pequenos agricultores (FAO, 2010). As questões que têm de ser abordadas incluem a falta de uma base de conhecimento na pós-colheita, segurança alimentar e gestão de qualidade, acesso limitado a tecnologias pós-colheita e instalações de teste, fraca base de apoio com infra-estrutura pós-colheita, sector privado fraco, coordenação limitada entre os intervenientes da cadeia de fornecimento, e uma falta de sistemas de estudos de impacto e de monitorização e avaliação. As actividades foram identificadas em linha com os seguintes três resultados:

- Intervenientes nas cadeias de abastecimento alimentar (FSC) equipados com conhecimento e competências técnicas para reduzir as perdas e o desperdício alimentar
- Aumento e reforço de investimentos em infra-estruturas pós-colheita, transporte e armazenamento, como água, energia, TIC, embalagem e instalações de armazenamento de frio e seco
- Políticas e programas de incentivos sobre perdas alimentares e redução de desperdício alimentar desenvolvidas e adoptadas

2.3 ACTIVIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO, RESPONSABILIDADE E CUSTOS

Esta secção é composta por uma componente central do Plano de Acção para um Timor-Leste sem Fome e Malnutrição. A Tabela 2.2 apresenta uma visão geral de uma página do número e do custo total das intervenções propostas para cada pilar e para cada um dos 13 Objectivos do Plano de Acção. O resumo dos valores orçamentais provisórios são apresentados para três períodos: curto-prazo (2016-2017), médio-prazo (2017-2019) e a longo-prazo (2020-2025). Os detalhes das actividades programas encontram-se na matriz detalhada de implementação no Anexo 1. Esta matriz consiste de 13 quadros

lógicos, um para cada Objectivo. Cada quadro lógico oferece uma visão detalhada dos Objectivos programados e dos respectivos Resultados. Cada Resultado é seguido das suas respectivas Actividades ou Intervenções programadas. As partes Coordenadoras e responsáveis para cada actividade, bem como os seus custos, estão identificadas na coluna respectiva. A matriz é precedida por uma explicação descritiva dos elementos em cada uma das 12 colunas da matriz do quadro lógico.

TABELA 2. 2 - VISÃO GERAL DAS INTERVENÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA UM TIMOR-LESTE SEM FOME E MALNUTRIÇÃO

Número de Pilares	5
Número de Objectivos	13
Número de Resultados	48
Número de Actividades / Intervenções	170
Número de Actividades a serem concluídas até 2017	42
Número de Actividades a serem concluídas até 2020	42
Número de Actividades a serem concluídas até 2025	86

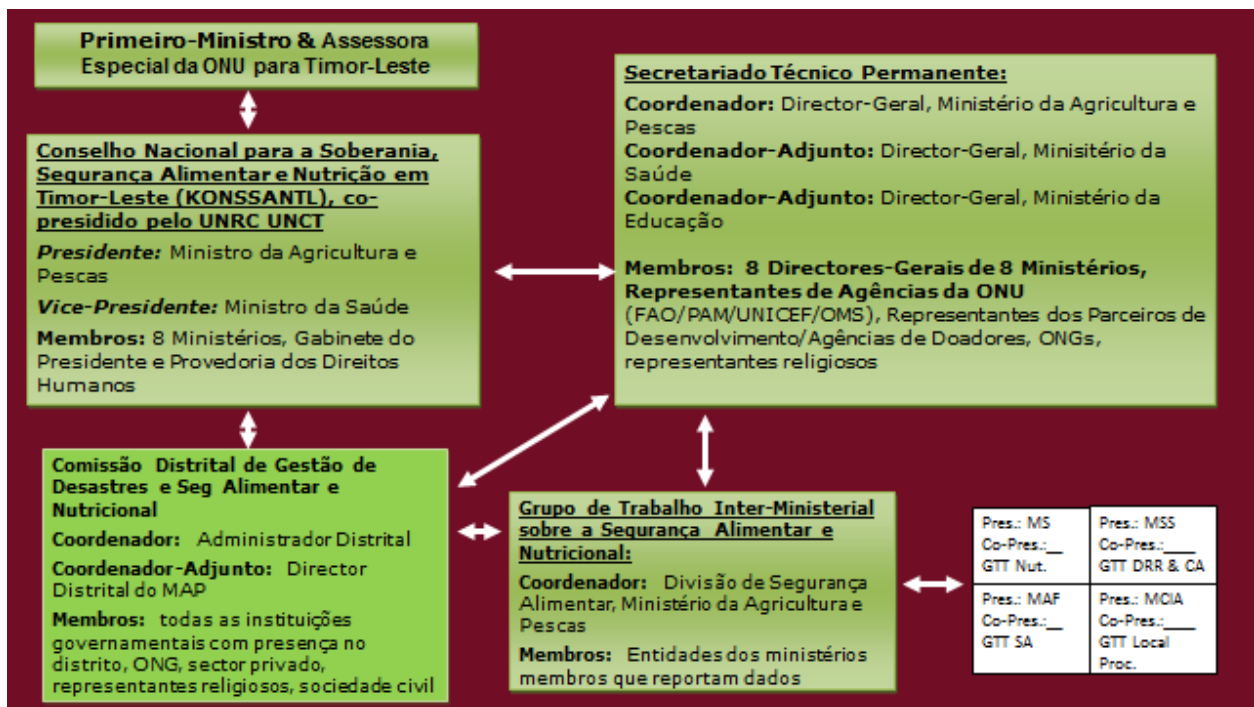
Pilares e Objectivos	ACTIVIDADES (Número)	ORÇAMENTO (US \$)			
		2015-2016	2017-2019	2020-2025	TOTAL
Objectivos para o Pilar 1 – 100% ACESSO EQUITATIVO A ALIMENTOS ADEQUADOS, NUTRITIVOS E ACESSÍVEIS TODO O ANO	37	220.440.000	330.660.000	551.100.000	1.102.200.000
Objectivo 1.1 - Pessoas pobres e marginalizadas têm uma garantia mais segura dos seus direitos a alimentos e a alimentos mais diversificados	27	218320000	327480000	545800000	1.091.600.000
Objectivo 1.2 - Impacto da excessiva volatilidade dos preços dos alimentos reduzido através de mercados abertos, justos e com bom-funcionamento e políticas comerciais aos níveis locais, regionais e internacionais.	10	2120000	3180000	5300000	10600000
Objectivos do Pilar 2 - ZERO ATRASO DE CRESCIMENTO EM CRIANÇAS COM MENOS DE 2 ANOS DE IDADE	51	79200000	118800000	198000000	396000000
Objectivo 2.1 - Melhor ingestão de Nutrientes (macro e micronutrientes) para mães, crianças com menos de cinco anos e raparigas adolescentes.	14	25.000.000	37500000	62500000	125.000.000
Objectivo 2.2 - Melhor acesso a serviços de saúde maternos, para os recém-nascidos e infantil.	16	20.000.000	30.000.000	50.000.000	100.000.000
Objectivo 2.3 - Melhor utilização de alimentos nutritivos ao nível do agregado, da comunidade e nacional	2	3.000.000	4.500.000	7.500.000	15.000.000
Objectivo 2.4 - Acesso a instalações de água e de saneamento melhoradas e intervenções de higiene.	4	24.000.000	36.000.000	60.000.000	120.000.000
Objectivo 2.5 - Melhorias nas Práticas e nos Comportamentos Nutricionais das Famílias	15	7.200.000	10.800.000	18.000.000	36.000.000
Objectivos para o Pilar 3 - TODOS OS SISTEMAS ALIMENTARES SÃO SUSTENTÁVEIS	28	7.063.000	10.594.500	17.657.500	35.315.000
Objectivo 3.1 - Normas de sustentabilidade estabelecidas para todos os agricultores (incluindo pecuaristas e pescadores), agronegócios, cooperativas, governos, sindicatos agrícolas e sociedade civil	12	2.143.000	3.214.500	5.357.500	10.715.000
Objectivo 3.2 - Agricultura sustentável e resiliente ao clima, praticada.	9	1.480.000	2.220.000	3.700.000	7.400.000
Objectivo 3.3 - Coerência de políticas transectoriais (nomeadamente, os que referem segurança alimentar, indústria, política de comercialização, turismo, energia, uso dos solos, água e alterações climáticas) prosseguidas	7	3.440.000	5.160.000	8.600.000	17.200.000
Objectivos para o Pilar 4 – 100% DE AUMENTO NA PRODUTIVIDADE E RENDIMENTOS DOS PEQUENOS	40	38.720.000	58.080.000	96.800.000	193.600.000
Objectivo 4.1 - Aumento na produtividade de vários produtos agrícolas de pequenos agricultores, incluindo jovens e mulheres agricultores.	26	25.970.000	38.955.000	64.925.000	129.850.000
Objectivo 4.2 - Rendimento de pequenos agricultores, pecuaristas, pescadores, incluindo mulheres e jovens, aumenta através do acesso a serviços financeiros, indústria doméstica e eco/agro-turismo.	14	12.750.000	19.125.000	31.875.000	63.750.000
Objectivos do Pilar 5 - SEM PERDAS OU DESPERDÍCIO ALIMENTAR	14	7.050.000	10.575.000	17.625.000	35.250.000
Objectivo 5.1 - Minimização de perdas e desperdício de alimentos durante a colheita, armazenamento, transporte, processamento, venda e consumo.	14	7.050.000	10.575.000	17.625.000	35.250.000
TOTAL	170	352.473.000	528.709.500	881.182.500	1.762.365.000

SECÇÃO 3 MECANISMO DE IMPLEMENTAÇÃO

3.1 ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

O Plano de Acção Nacional - Timor-Leste sem Fome e Malnutrição é profundamente comprometido ao estabelecimento de uma estrutura eficiente eficaz de governação e de organização. O Esquema 3.1 descreve a estrutura organizacional que surgiu durante a formulação do PAC-HAM-TIL.

Esquema 3.1 - Coordenação Nacional e Mecanismo Organizacional do Plano de Acção Nacional - Timor-Leste sem Fome e Malnutrição



As estruturas de trabalho e de governação para a implementação do Plano de Acção Nacional têm como base a NFNSP, conforme direcção do Plano de Desenvolvimento Nacional, NNS e a Política Nacional de Gestão de Desastres, outras políticas e planos do GoTL e da estrutura de segurança alimentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) É dada a consideração possível às estruturas existentes do GoTL. O KONSSANTIL será apoiado por parceiros de desenvolvimento para reforçar a sua capacidade operacional. O objectivo é o de permitir ao KONSSANTIL que cresça de ser uma agência de coordenação mais ou menos intermediária para que seja um centro nervoso nacional para os esforços para eliminar a fome e a malnutrição em Timor-Leste.

Uma das primeiras tarefas do KONSSANTIL após o lançamento do Plano de Acção Nacional será o de estabelecer e prestar orientação ao Secretariado Técnico Permanente e para o Grupo de Trabalho Técnico para elaborar os mecanismos organizacionais para a coordenação, para o planeamento e para a orçamentação e implementação do Plano de Acção Nacional, com início em 2015. A proposta final para a elaboração da coordenação, do planeamento e da orçamentação e implementação será apresentada ao KONSSANTIL antes de Outubro de 2014. Prevê-se que a proposta final seja aprovada no Conselho de Ministros.

a) Funções e responsabilidades

Como agência Interministerial o KONSSANTIL irá funcionar como o organismo de alto-nível para a apresentação de relatórios e para a tomada de decisões. As suas principais funções são as de tomar decisões políticas e grandes estratégias, e para garantir o compromisso total de todos os intervenientes relevantes. O KONSSANTIL vai coordenar, consolidar e criar sinergias nos papéis e funções dos membros, incluindo tomadas de decisão em conjunto com bases fundamentadas, para os investimentos e alinhar os recursos de cada um dos membros KONSSANTIL sobre a segurança alimentar, soberania e nutrição em Timor-Leste. O KONSSANTIL vai operar num meio bem-coordenado de liderança política, a promover a participação inclusiva particularmente no avanço para tomadas de decisão e acções e no fomento da participação de grupos diferentes de pessoas, incluindo grupos socialmente marginalizados, mulheres, crianças e pequenos agricultores pobres. O KONSSANTIL vai também facilitar a coordenação e incentivar a participação do sector privado, da academia e de organizações com bases religiosas, e organizações não-governamentais/sociedade civil que estão a trabalhar nos sectores da segurança alimentar e nutricional.

b) Comissão Consultiva de Alto Nível

De forma a garantir a sua eficácia, o mecanismo institucional para o DFZ precisa incluir os níveis mais elevados dos parceiros nacionais e desenvolvimento no país. Como tal, o Primeiro-Ministro, como presidente do Conselho de Ministros será o Presidente da Comissão Consultiva de Alto Nível do Plano do DFZ. O Primeiro-Ministro será apoiado nestas funções pelo Assessora Especial do Secretário-Geral da ONU para Timor-Leste, que será Co-Presidente. A Comissão Consultiva de Alto Nível funciona como uma plataforma do Governo e dos parceiros de desenvolvimento ao mais alto nível para receber e partilhar informação geral sobre o progresso na implementação do PAN-HAM-TIL e em que medida os objectivos gerais estão a ser realizados. A Comissão pode depois oferecer aconselhamento e apoio ao KONSSANTIL como entenderem e conforme as necessidade. A Comissão deverá reunir pelo menos duas vezes por ano, em Janeiro e em Agosto,

após as reuniões do KONSSANTIL. No entanto, o Presidente e Co-Presidente podem convocar uma reunião a qualquer outra altura, dependendo das necessidades identificadas. Em 2015, durante o período de início do PAN-HAM-TIL, pode ser necessário programar uma terceira reunião em Dezembro. O KONSSANTIL vai prestar Serviços de Secretariado à Comissão Consultiva de Alto Nível. A composição da Comissão será determinada pelo Presidente e Co-Presidente e comunicada ao KONSSANTIL.

c) Membros e Liderança do Conselho

O KONSSANTIL é um órgão de coordenação que consiste de um representante de cada um de dez Ministérios abrangidos pelo KONSSANTIL, quatro secretarias de estado, representante do Gabinete do Presidente da República Democrática de Timor-Leste (RDTL), Provedoria dos Direitos Humanos, e a sociedade civil e parceiros de desenvolvimento, que têm interesse na segurança alimentar e nutricional em Timor-Leste. Os membros nacionais serão acompanhados por representantes das agências da Equipa da ONU em Timor-Leste. O Ministro da Agricultura e Pescas será o Presidente do Conselho e o Ministro da Saúde o Presidente-Adjunto. Os dois formam uma linha de ligação entre o Conselho e as suas várias entidades.

d) Secretariado Técnico Permanente

Ao nível técnico interministerial/interagência, o Secretariado Técnico Permanente do KONSSANTIL será responsável pela coordenação de aspectos técnicos da implementação de planeamento, implementação e monitorização e avaliação do Plano de Acção Nacional. Deverá incluir altos-funcionários de áreas técnicas de ministérios membros do KONSSANTIL e outras instituições relevantes. O seu objectivo será o de monitorizar a implementação e o progresso e coordenar de forma eficaz todas as questões transversais referentes à segurança alimentar e nutricional e reportar ao órgão de liderança de alto-nível.

e) Grupo de Trabalho Interministerial para a Segurança Alimentar e Nutricional

Este Grupo de Trabalho Interministerial será estabelecido através do Secretariado Técnico Permanente. Será Coordenado pelo Secretariado Executivo para a Segurança Alimentar e Cooperação do MAP. Este grupo vai apoiar o funcionamento do Secretariado. Em particular, vai desempenhar uma função de vigilância ao identificar e realçar todas as questões críticas na implementação do PAN-HAM-TIL que precisam de atenção especial, chamando a atenção do Secretariado e do Conselho para as mesmas.

f) Coordenação ao nível ministerial/agência

Cada um dos ministérios/agências envolvidos na implementação do Plano de Acção Nacional - Timor-Leste sem Fome e Malnutrição deverá delinear os planos de programação e implementação das intervenções específicas ao seu sector e para as actividades de coordenação com os actores no âmbito das suas organizações respectivas que participam na promoção da segurança nutricional e alimentar melhorada em Timor-Leste. Cada ministério / agência envolvida na implementação do Plano de Acção Nacional deverá reportar de forma regular ao Grupo de Trabalho Interministerial sobre Alimentação e Nutrição.

g) Comissão Distrital de Gestão de Desastres e Segurança Alimentar e Nutricional

Esta Comissão vai liderar a coordenação ao nível Distrital. Vai construir sinergias e promover mais coordenação entre os sectores e actores, incluindo a sociedade civil ao nível das aldeias e ao nível distrital que trabalham para conseguir a segurança alimentar e nutricional em Timor-Leste. O Administrador Distrital será o coordenador e o Director Distrital do MAP será o Coordenador Adjunto. A participação nesta comissão incluirá as instituições governamentais presentes no distrito, ONGs, Sector Privado, Igreja e Sociedade Civil. Uma vez que apresentada pelo KONSSANTIL e aprovada pelo GoTL, a estrutura final de governação e implementação será comunicada a todas as entidades políticas e implementadoras.

3.2 RECURSOS

Para implementar o PAN-HAM-TIL, serão necessários cerca de \$1.762 milhões ao longo do período de dez anos entre 2015 a 2025. Isto traduz-se numa despesa média anual de cerca de US\$ 176 milhões ao longo dos dez anos. Este montante realça o fosso significativo entre as dotações de recursos correntes a o montante necessário para implementar o PAN-HAM-TIL. Serão necessários cerca de \$ 352 milhões no período imediato/curto-prazo dos primeiros dois anos (2015-2016), com cerca de metade deste montante a ser despendido no primeiro ano (2015). Para o período subsequente e intercalar (2017-2019) e para o período a longo-prazo (2020-2025) as necessidades serão de cerca de US\$ 529 milhões e de US\$ 881 milhões, respectivamente.

O GoTL encontra-se inteiramente comprometido para abordar este grande desafio de financiamento. Na medida do possível, o GoTL irá utilizar os seus fundos disponíveis, e não haverá poupanças no seu investimento em programas de desenvolvimento nas áreas de segurança alimentar e nutricional. No entanto, a população de Timor-Leste precisa de bastante apoio externo para a realizar os objectivos do Plano de Acção Nacional - Timor-Leste sem Fome e Malnutrição. Várias medidas promovem o

apoio de doadores e podem garantir que qualquer recurso interno e externo seja utilizado da forma mais eficaz e eficiente. Estas incluem:

- **Total compromisso do GoTL e estreito alinhamento entre os interesses do Governo e dos doadores**

O GoTL deverá demonstrar o seu foco actual no desenvolvimento sustentável através de um compromisso contínuo aos ODMs (dando especial atenção à importância da segurança nutricional e alimentar adequadas, pré-requisitos necessários não só para realizar o ODM 1 mas também os outros ODMs); compromisso com a Campanha Fome Zero global; e colaboração próxima com os parceiros de desenvolvimento através de instrumentos como o Quadro de Apoio ao Desenvolvimento do Sistema das Nações Unidas (UNDAF) e os Programas Nacionais de vários parceiros. Os parceiros de desenvolvimento estão fortemente empenhados com os ODMs. O lançamento do DFZ quer ao nível global (2012) quer ao nível regional (2013) representa uma forte renovação deste compromisso e uma disponibilidade de apoiar e participar de forma generosa no Plano de Acção Nacional - Timor-Leste sem Fome e Malnutrição.

- **Aprovação e priorização de programas e actividades**

Todos os ministérios relevantes e os parceiros de desenvolvimento chaves, aprovam este Plano de Acção Nacional e estão convencidos que a sua implementação levará a uma nova dinâmica nos esforços para conseguir a segurança alimentar e erradicar a fome e malnutrição em Timor-Leste. Após o lançamento do Plano de Acção Nacional - Timor-Leste sem Fome e Malnutrição, o GoTL irá trabalhar com os parceiros de desenvolvimento para priorizar as intervenções e para elaborar os planos de trabalho detalhados. A priorização será orientada pelo imperativo de consecução do rácio benefício/custo mais elevado e para beneficiar os grupos com as necessidades mais elevadas.

- **Coordenação de acções de sensibilização e angariação de fundos**

O planeamento, implementação, monitorização e avaliação e a sensibilização e angariação de fundos, serão realizados de forma coordenada. Isto é de grande importância dado que não há um único sector e uma única agência que possa resolver os problemas de malnutrição e de insegurança alimentar em Timor-Leste sozinha. Dada grande quantidade de recursos financeiros que o Plano de Acção necessita para ser distribuído ao longo de um período de dez anos, o GoTL gostaria de discutir a ideia de estabelecer um "Fundo Fiduciário para Acabar com a Fome e a Malnutrição". Este fundo facilitaria a angariação de fundos colectiva para preencher o fosso geral. Seria também um mecanismo eficiente de dotação de recursos para os programas e projectos

que demonstra a transparência e responsabilização combinadas com o rácio elevado de benefício/custo.

3.3 PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO

Geral

Depois do lançamento do Plano de Acção Nacional, vai ser elaborado um plano de implementação mais detalhado sob a orientação do KONSSANTIL. Esta Secção apresenta orientações gerais para este processo. Pretende também informar e orientar a programação detalhada e a implementação de actividades que ocorrem com base nos programas de país dos doadores, ciclos de projecto e os exercícios anuais de planeamento e orçamentação.

O KONSSANTIL e os intervenientes devem preparar uma guia de implementação que deve apresentar a prioridade e sequência das actividades e o seu financiamento com base três períodos temporais:

- **Curto-prazo:** Implementação de actividades ao longo dos próximos dois anos (2015-2016)
- **Médio-prazo:** Implementação de actividades ao longo dos próximos cinco anos (2015-2019)
- **Longo-prazo:** Implementação de actividades ao longo dos próximos dez anos (2015-2025)

O objectivo é o de definir em geral e distribuir o financiamento e abordar as necessidades mais prementes e imediatas do primeiro ano (2015) e do ano subsequente (2016). A próxima categoria urgente de necessidade deve ser abordada nos três anos seguintes (2017-2019). As outras necessidades devem ser abordadas ao longo dos cinco anos subsequentes (2020 - 2025). Esta abordagem ajuda a garantir que o Plano de Acção Nacional não é sobrecarregado pela vontade de fazer tudo que precisa de ser feito de uma só vez. Qualquer tentativa de o fazer será fortemente restringido por questões operacionais, recursos humanos e recursos financeiros que têm de ser desenvolvido ao longo da implementação do Plano de Acção.

Plano de Trabalho para o período de 2014 e 2015

O Esquema 3.2 apresenta um plano inicial para 1,5 anos de trabalho, cobrindo os períodos Julho-Dezembro 2014 e 2015. O Plano de Trabalho inclui as principais decisões e actividades do período crítico do lançamento do PAN-HAM-TIL no seu primeiro ano de implementação. Realça os eventos importantes e momentos decisivos como a programação das reuniões PAN-HAM-TIL aos níveis diferentes de implementação, elaboração e entrega de relatórios de actividade e as Reuniões de Revisão Conjunta Anual do Plano de Acção.

Esquema 3.2 - Plano de Trabalho para o KONSSANTIL para Jul - Dez 2014 e 2015

	2014						2015												
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Aprovação do PAN-HAM-TIL pelo Governo (G) e Parlamento (P)	G			P															
Mobilização de Recursos																			
▪ Lançamento do PAN-HAM-TIL - abordar os doadores																			
▪ Apresentação em Mesa Redonda do PAN-HAM-TIL																			
▪ Desenvolvimento de um plano de mobilização de recursos incluindo o lançamento do: Juntos Contra a Fome																			
▪ Mobilização contínua junto dos doadores																			
▪ Preparação (P) e Aprovação (A) da proposta para o "Fundo Fiduciário"				P					A										
▪ Orçamentos dos Ministérios do GoTL para 2015 e 2016 aprovados				2015														2016	
Aumento das estruturas institucionais																			
▪ Criar o Grupo Consultivo de Alto-Nível																			
▪ Reforçar a base legal do KONSSANTIL																			
▪ Reforçar a coordenação do KONSSANTIL																			
▪ Reforçar o Secretariado Téc. Permanente e Grupo de Trabalho Técnico, Comissões Distritais																			
▪ Restabelecer e por em funcionamento o Apoio Técnico Especial aos Ministérios/Sectores																			

	2014						2015											
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Plano de Implementação do PAN-HAM-TIL																		
▪ Plano de Implementação para 2015-2017 preparado			■	■														
▪ Preparação e aprovação do orçamento consolidado das actividades do PAN-HAM-TIL para 2015		■	■	■	■													
▪ Aprovação das actividades de 2015 pelo KONSSANTIL					■													
▪ Preparação do orçamento consolidado para 2016													■	■	■	■		
Reuniões Políticas/Implementação																		
▪ Reuniões da Comissão Consultiva de Alto Nível							■						■					■
▪ Reuniões do KONSSANTIL		■		■		■		■		■		■		■		■		■
▪ Reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial	■	■	■	■	■		■		■		■		■		■		■	
▪ Reuniões do Secretariado Técnico Permanente	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
▪ Reuniões ao nível ministerial (grupos de apoio técnico)	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
▪ Reuniões das Comissões Distritais	■			■			■			■			■			■		
Relatórios, Revisões e M&A																		
▪ Relatórios de Actividades dos Ministérios		■		■		■		■		■		■		■		■		■
▪ Relatórios de Actividades dos Distritos			■						■			■			■			■
▪ Relatórios de Actividades KONSSANTIL/PAN-HAM-TIL			■										■					■
▪ Revisão Conjunta - Reunião Anual Nacional sobre o PAN-HAM-TIL						■												■

	2014						2015												Orçamento 2015 (\$)	
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Actividades de Implementação do PAN-HAM-TIL																				
▪ Pilar 1 -																				110,2
▪ Pilar 2 -																				39,5
▪ Pilar 3 -																				3,5
▪ Pilar 4 -																				19,3
▪ Pilar 5 -																				3,5

3.4 RELATÓRIOS, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O sistema de apresentação de relatórios para o PAN-HAM-TIL será racionalizado para assegurar avaliações e relatórios de actividades adequados. Será necessário que várias instituições/grupos do KONSSANTIL apresentem relatórios da seguinte forma:

- Secretariado Técnico Permanente do KONSSANTIL - em colaboração com o Grupo de Trabalho Interministerial, relatórios trimestrais sobre a implementação e progresso gerais, a ser submetidos à Comissão Consultiva e ao Conselho de Ministros; relatório anual deverá ser apresentado na Reunião Anual Nacional sobre o PAN-HAM-TIL (Revisão Conjunta).
- Grupos técnicos a nível ministerial - Relatórios de actividades bimensais submetidos ao KONSSANTIL
- Comissões Distritais - submissão de relatórios trimestrais ao KONSSANTIL.

A Monitorização e Avaliação (M&A) do Plano de Acção terá lugar a vários níveis de governação e da estrutura de implementação e para os cinco pilares do Plano de Acção. O KONSSANTIL será responsável pela coordenação do desenvolvimento e implementação trans-sectorial, sistema de M&A a vários níveis no Plano de Acção.

É importante garantir que o sistema de M&A a ser desenvolvido deve ser participativo no sentido em que os intervenientes estão envolvidos no processo de M&A. Assim, os intervenientes devem estar envolvidos na identificação das metas, objectivos, resultados e objectivos a ser monitorizados e os seus indicadores respectivos, tal como na implementação das actividades de M&A actuais. Para este fim, deve haver uma medida de devolução do processo de M&A quer ao nível institucional quer ao nível geográfico/local. Assim, haverá mecanismos para serem estabelecidos para um diálogo político e de implementação entre vários intervenientes e aos níveis local, distrital e nacional, sobre a produção sustentável, aprovisionamento e consumo de alimentos, e para a verificação das normas e da sustentabilidade. Serão organizadas reuniões regulares e diálogos políticos que envolvem produtores, consumidores, sector privado, cooperativas e associações de agricultores com a participação das OSCs.

Em termos do processo de M&A em si, deve ser dada atenção ao M&A do impacto do Plano de Acção Nacional na consecução do objectivo geral de "Timor-Leste sem Fome e Malnutrição", tal como da M&A corrente dos vários indicadores dos objectivos, resultados e actividades, e níveis de contribuição identificados e que se encontram nos planos de trabalho anual de cada pilar. Mais, será importante garantir que há uma resposta sobre os resultados do processo de M&A na futura implementação das actividades e nas decisões do KONSSANTIL e de outras entidades do GoTL que desenvolvem políticas.

O Plano de Acção Nacional identificou um conjunto de indicadores de base referentes aos indicadores dos objectivos e aos indicadores das actividades. Pode haver uma necessidade de desenvolver uma linha de base para estabelecer valores de indicadores que não podem ser apurados dos dados existentes. Durante este processo, serão determinados o tipo, número e frequência de inquéritos regulares novos que vão ser necessários para preencher as falhas nos parâmetros que não podem ser satisfeitos através de inquéritos existentes e outras fontes. Assim, o objectivo é o de, dentro do possível, desenvolver os inquéritos, estudos, sistemas de informação e instituições existentes. Isto vai incluir a integração de parâmetros em falta em inquéritos e estudos existentes.

No topo do sistema de M&A haverá um encontro anual entre os intervenientes do Plano de Acção Nacional - Timor-Leste sem Fome e Malnutrição, organizado pelo KONSSANTIL. O foco desta reunião vai ser:

- a) Avaliar a consecução dos objectivos gerais que foram especificados na Tabela 2.1 - Indicadores dos Objectivos Gerais, tal como dos Objectivos específicos e dos Resultados de cada Pilar.
- b) A avaliação da implementação do Plano de Acção, incluindo a contribuição do Plano de Acção para a consecução de programas e estratégias de desenvolvimento nacionais, sub-nacionais e sectoriais.
- c) Fazer recomendações referentes às alterações e à melhoria no planeamento e na implementação de várias actividades para reforçar a consecução dos objectivos gerais, objectivos específicos e resultados esperados.

ANEXO 1 - MATRIZ DOS QUADROS LÓGICOS COM OBJECTIVOS, RESULTADOS E ACTIVIDADES

Explicação dos elementos dos Quadros Lógicos

O Plano de Acção consiste de 13 quadros lógicos, um para Objectivo específico. Cada quadro lógico apresenta uma visão detalhada das actividades e intervenções planeadas. De seguida segue uma explicação dos elementos dos quadros lógicos, identificados em cada coluna. Seguem-se os 13 quadros lógicos.

Esquema A.1 - Identificação das Colunas de Implementação dos Quadros Lógicos

PILAR 1 100 PERCENT EQUITABLE ACCESS TO ADEQUATE, NUTRITIOUS AND AFFORDABLE FOOD ALL YEAR ROUND (= Government Pillar on No Hunger)											
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Actions	Responsible Government Agencies	Coordinating Government Agencies	Development Partners	Monitoring & Evaluation				Link to Strategy/Policy	Indicative Budget (US\$)	Remarks	
				Indicator	Baseline	Target	Target Year				
Outcome 1.1	Poor and marginalized people have more diverse and more secure entitlements to food										
Output 1.1.1	An enabling environment created for all people to enjoy their right to food.			EC, World Bank, Australian DFAT, USAID						3,700,000	
Activity 1.1.1.A	Assess the implementation and recommend changes in the implementation of the existing national Development Strategic Plan periodically to ensure that it is pro-poor and gender sensitive with a recognition of	Prime Minister's Office	KONSSANTIL Ministries	UNDP	% of the total women and poor people have access to various development programs.	NA	100% of women and poor are benefited	2016	TLSDP (2011-2030); National and Strategy Action Plan for Gender and Private Sector (NSAPGPS, 2014-2017).	200,000	Implementation from 2015

COLUNA 1 - ÍNDICE: Numeração dos Objectivos, Resultados e Actividades

COLUNA 2 - ACTIVIDADES PROGRAMADAS: Lista das actividades-chave do Plano de Acção identificadas para cada Objectivo e respectivo Resultado. As actividades são a intervenção lógica necessária na consecução do impacto geral do Plano de Acção. Os objectivos e resultados são as declarações dos objectivos e resultados estratégicos que definem o conjunto de actividades ou acções de intervenção que são necessárias.

COLUNA 3 - AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS RESPONSÁVEIS Está é uma lista de agências governamentais que têm responsabilidade geral pelo centro da actividade. Estas agências têm a função de iniciar a actividade apresentada na Coluna 2, redefinir a actividade e decidir a metodologia e mecanismo que será aplicada para a acção central indicada.

COLUNA 4 - AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS DE COORDENAÇÃO: Estas são as instituições designadas para garantir que o planeamento, a orçamentação, os relatórios e a monitorização e avaliação são desenvolvidas de acordo com as directrizes do GoTL e dos parceiros de desenvolvimento.

COLUNA 5 - PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO: Estes são as agências e instituições que trabalham e apoiam o GoTL e trabalham para apoiar financeiramente e tecnicamente a implementação das actividades/intervenções indicadas. Os parceiros podem estar directa ou indirectamente envolvidos na implementação das actividades centrais indicadas. Os parceiros incluídos neste Plano de Acção são classificados de forma genérica em: Agências do Sistema das Nações Unidas, agências de cooperação bilateral, Organizações de Sociedade Civil, sector privado e academia.

COLUNA 6 - MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO (INDICADORES): Estes constituem a declaração de conhecimento, geralmente definida em números (nos. / #) e proporções (por exemplo, percentagens

/%, per 1,000, etc.). Os indicadores especificados encontram-se alinhados com acções existentes e podem ser representativas do impacto geral identificado na intervenção.

COLUNA 7 - MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO (BASE DE REFERÊNCIA): Esta apresenta declarações de valores actuais verificáveis e/ou valores antes das actividades, do indicador específico.

COLUNA 8 - MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO (METAS): Esta é constituída por níveis específicos, programados e esperados do valor do indicador identificado. Representam o resultado que é suposto ser conseguido dentro do período determinado. A consecução ou não-consecução das metas específicas informam e ajudam a orientar as agências apresentadas na (coluna 3, 4 e 5) no que refere aos resultados dos objectivos do programa.

COLUNA 9 - ANO META: Este é o ano em que se antecipa a conclusão do financiamento e da implementação da actividade. É o ano do período do Plano de Acção (2015-2025) no qual a meta esperada deverá ser atingida.

COLUNA 10 - LIGAÇÃO A ESTRATÉGIA/POLÍTICA: Identifica algumas das principais políticas, estratégias, directrizes, manuais, etc. nacionais ou sectoriais existentes, e documentos que apoiam ou são apoiadas, pela actividade/intervenção.

COLUNA 11 - ORÇAMENTO INDICATIVO: Este reflecte o total do montante do orçamento que é necessário para a implementação da actividade/intervenção identificada. Durante mais programação detalhada, este total deve ser repartido numa perspectiva de despesa a curto-prazo (2-3 anos), médio-prazo (4-5 anos) e longo-prazo (6-10 anos).

COLUNA 12 - OBSERVAÇÕES: Esta coluna indica o período temporal da respectiva actividade. Começa no ano em que qualquer intervenção tem início e termina com o ano em que o financiamento termina e outras actividades no âmbito do Plano de Acção.

ANEXO 2 - LISTA DE INSTITUIÇÕES / AGÊNCIAS ENVOLVIDAS NA FORMULAÇÃO DO PAN–HAM–TIL

Governo de Timor-Leste Instituições/Agências	Doadores/Parceiros de Desenvolvimento Instituições/Agências			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parlamento ▪ Gabinete do Primeiro-Ministro ▪ KONSSANTIL ▪ Ministério da Agricultura e Pescas ▪ Ministério da Saúde ▪ Ministério da Solidariedade Social ▪ Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente ▪ Ministério da Educação ▪ Ministério das Finanças ▪ Ministério da Justiça ▪ Ministério das Obras Públicas ▪ Ministério da Administração Estatal ▪ Ministério dos Transportes e Comunicações ▪ Ministério do Turismo ▪ Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção o Sector Privado ▪ Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade ▪ Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego ▪ Secretaria de Estado para as Terras e Propriedades ▪ Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Local ▪ Secretaria de Estado para o Meio Ambiente ▪ Secretaria de Estado para as Cooperativas ▪ Secretaria de Estado para a Água e Saneamento ▪ Todas as representações de Governo ao nível distrital 	<p><u>Doadores Internacionais</u></p> <p>Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)</p> <p>Organização Internacional do Trabalho (OIT)</p> <p>Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e cultura (UNESCO)</p> <p>Organização Mundial da Saúde (OMS)</p> <p>Programa Alimentar Mundial</p> <p>Banco Asiático para o Desenvolvimento (BAsD)</p> <p>Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD)</p> <p>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)</p> <p>Fundos das Populações das Nações Unidas (UNFPA)</p> <p>Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF)</p> <p>Banco Mundial</p> <p><u>Outros intervenientes proeminentes</u></p> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="vertical-align: top; width: 50%;"> ACDI-VOCA Fundação Alola DFAT Austrália Embaixada do Brasil Cardno Care China Aid CI CRS DAI Comissão Europeia GIZ Fundo Global HIAM Health Hivos IMVF Instituto Camões JICA Mercy Corps </td> <td style="vertical-align: top; width: 50%;"> SOL NCBA New Zealand Aid NIWA/Embaixada da Noruega Oxfam PARCIC PEMSEA Embaixada de Portugal Rede ba Rai Oxfam World Vision Moris Rasik Tuba Rai Metin TICA/Embaixada da Tailândia Embaixada da Indonesia USAID USC Canadá (Raebia) World Fish </td> </tr> </table>		ACDI-VOCA Fundação Alola DFAT Austrália Embaixada do Brasil Cardno Care China Aid CI CRS DAI Comissão Europeia GIZ Fundo Global HIAM Health Hivos IMVF Instituto Camões JICA Mercy Corps	SOL NCBA New Zealand Aid NIWA/Embaixada da Noruega Oxfam PARCIC PEMSEA Embaixada de Portugal Rede ba Rai Oxfam World Vision Moris Rasik Tuba Rai Metin TICA/Embaixada da Tailândia Embaixada da Indonesia USAID USC Canadá (Raebia) World Fish
ACDI-VOCA Fundação Alola DFAT Austrália Embaixada do Brasil Cardno Care China Aid CI CRS DAI Comissão Europeia GIZ Fundo Global HIAM Health Hivos IMVF Instituto Camões JICA Mercy Corps	SOL NCBA New Zealand Aid NIWA/Embaixada da Noruega Oxfam PARCIC PEMSEA Embaixada de Portugal Rede ba Rai Oxfam World Vision Moris Rasik Tuba Rai Metin TICA/Embaixada da Tailândia Embaixada da Indonesia USAID USC Canadá (Raebia) World Fish			

Agradecimentos

O KONSSANTIL reconhece as contribuições de todos os colaboradores das instituições e agências nacionais e dos parceiros de desenvolvimento supramencionadas, no desenvolvimento do Planu Asaun Nasional-Hakotu Hamlaha no Malnutrisaun iha Timor-Leste (Plano de Acção Nacional - Timor-Leste sem Fome e Malnutrição).

